



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL
(PERSPECTIVAS DO SISTEMA AGROFLORESTAL
EM BOM JARDIM – PERNAMBUCO)**

Everaldo Batista Rocha

**RECIFE
PERNAMBUCO – BRASIL**

2006



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL
(PERSPECTIVAS DO SISTEMA AGROFLORESTAL
EM BOM JARDIM – PERNAMBUCO)**

Everaldo Batista Rocha
Orientadora: Profa Dra Marlene Maria da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

RECIFE – PERNAMBUCO
Julho de 2006

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO CFCH - UFPE

R672a Rocha, Everaldo Batista

Agroecologia e desenvolvimento rural: perspectivas do sistema
agroflorestal em Bom jardim – Pernambuco.

104 folhas : il., tab., fotos, mapas.

Orientadora: Marlene Maria da Silva

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia. Recife, 2006.

1. Agroecologia. 2. Desenvolvimento rural 3. Agroflorestal
I. Título.

CDU: 631.95(2. ed.)
CDD: 634.99(22. ed.)

UFPE
BCFCH2006/14

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

AUTOR: Everaldo Batista Rocha

AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL
(PERSPECTIVAS DO SISTEMA AGROFLORESTAL EM BOM JARDIM –
PERNAMBUCO)

ORIENTADORA: Profª. Dra. Marlene Maria da Silva

Aprovada em: 24/07/2006

COMISSÃO EXAMINADORA:



Profª. Dra. Marlene Maria da Silva – Presidente



Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel – Titular Interno/Deptº Geografia/UFPE



Profª. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley – Titular Externa/PPGS/UFPE

Suplentes:

Prof. Dr. Alcindo José de Sá – Suplente Interno/Deptº Geografia/UFPE

Prof. Dr. Remo Mutzenberg – Titular Externo/PPGS/UFPE

Cantai ao Senhor um cântico novo,
cantai ao Senhor, todas as terras.

Salmos 96, 1

A minha mãe, presente na memória,
me ensinou a solidariedade.

Ao meu pai, homem simples, que soube
entender a vida, e continua.

A minha esposa, companheira em todas
as horas.

Meus filhos, Aziz e Ayan (em agosto).

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho só foi possível pela generosidade de várias pessoas, em momentos diversos. Quero agradecer especialmente a:

Os agricultores e agricultoras de Bom Jardim-PE, pela acolhida durante a pesquisa de campo;

Os professores e professoras do curso de mestrado em Geografia da UFPE, minha admiração;

Os colegas do curso do mestrado de Geografia da UFPE, pelos momentos de discussão, principalmente a Jobson e a Patrícia na cumplicidade e solidariedade;

A Coordenação do mestrado, Prof. Alcindo e Prof Jan, pela compreensão;

O apoio financeiro do CNPq a partir da bolsa de mestrado;

Os funcionários da UFPE, especialmente a Rosa e Acioli, da secretaria do mestrado em Geografia e a Ceres, da secretaria do Programa de Pós-graduação em Sociologia;

A toda equipe do Centro Sabiá pelo carinho;

A Profa Marlene Maria da Silva, minha orientadora nessa jornada, com a qual compartilhei os últimos suspiros de criatividade;

O Prof. Caio Maciel, amigo das Agrárias, meu professor na Geografia, grande incentivador na reta final do mestrado;

A Profa Maria de Nazareth B. Wanderley a quem devo boa parte das reflexões sobre o espaço rural, a partir da sua Sociologia;

A nossa querida Jacqueline Carneiro pelo *abstract* e sua paciência;

A todos da FETAPE durante nossa passagem;

A minha esposa e aos meus filhos pela pouca atenção que lhes dispensei nesses momentos finais da dissertação.

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	15
1.1 Agroecologia e Agricultura Industrial	15
1.2 Políticas voltadas para a agricultura familiar na perspectiva agroecológica	27
1.3 Uma economia rural de conservação da natureza ou sustentável	33
1.4 Território, uma perspectiva de desenvolvimento rural	39
CAPÍTULO 2: AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS DESAFIOS	47
2.1 Os Assentamentos Rurais: uma nova ruralidade?	49
2.2 Os desafios para a transformação do modelo tecnológico	52
2.3 Agrofloresta: uma possibilidade	55
CAPÍTULO 3: UM DESENHO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE BOM JARDIM-PE	61
3.1 O agreste: uma região de transição	61
3.2 O Município de Bom Jardim-PE	66
3.3 O território dos agricultores familiares agroflorestais	71
CAPÍTULO 4: UM NOVO DESENHO DO ESPAÇO RURAL DE BOM JARDIM-PE	74
4.1 Agrofloresta em Bom Jardim-PE	74
4.2 A organização social do sistema produtivo – Agroflor	86
4.3 A agrofloresta como estratégia de desenvolvimento rural	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	98

RESUMO

A presente dissertação é uma tentativa de abordar o desenvolvimento rural na ótica agroecológica, tendo como objeto a agricultura familiar. Partindo de uma revisão da discussão sobre os modelos tecnológicos utilizados na agricultura e as políticas que orientaram o modelo agrícola nacional, procura-se identificar as relações desses instrumentos com o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil e o papel a ser desempenhado pelas tecnologias agroecológicas num processo de mudança dos paradigmas de desenvolvimento. Tenta-se associar a proposta agroecológica como modelo agrícola dentro dos pressupostos da economia ecológica e da sustentabilidade e compreender o desenvolvimento rural com foco no território. Logo em seguida, intenta-se perceber quais os principais desafios para a agricultura familiar, a partir das mudanças tecnológicas no espaço rural, incluindo nesse rol a participação dos agricultores assentados da reforma agrária no processo de produção social no meio rural. Objetiva-se, assim, entender como estão posicionando-se os grupos sociais da agricultura familiar num cenário de crise do modelo produtivo fundado na tecnologia agrícola convencional ou industrial. Posteriormente, faz-se uma leitura das experiências dos agricultores e agricultoras agroflorestais de Bom Jardim-Pernambuco com o objetivo de analisar como se dá a reprodução social dos mesmos, com base em modelos agroecológicos como estratégia de mudança do paradigma produtivo agrícola “convencional”. O fio condutor dessa análise foi o debate vigente sobre modelos de produção rural e a trajetória social e econômica das famílias agricultoras que utilizam a agrofloresta como prática de produção agrícola no município de Bom Jardim-Pernambuco. Além de ser um estudo fundamentado na temática agroecologia, revela-se como uma oportunidade de aprofundar aspectos do desenvolvimento rural local e territorial a partir da agricultura familiar.

O aprofundamento das discussões sobre a questão agroecológica remeteu o debate às possibilidades que essa prática, enquanto alternativa de produção social no meio rural, pode não só representar à transformação dos modelos de produção agrícola frente às demandas suscitadas pela crise do modelo produtivista, como também no que tange à degradação ambiental que vem comprometendo a produtividade e lucratividade das atividades agrícolas, e que também compromete o estabelecimento de padrões de qualidade alimentar dos produtos agrícolas com desdobramentos no processo de comercialização e, finalmente, como um passo importante para a sustentabilidade. Vê-se, assim, o potencial existente nas agriculturas que não fazem uso do pacote tecnológico da chamada Revolução Verde, mas de princípios ecológicos para, a partir destes, utilizarem as relações endógenas da natureza como estratégia capaz de garantir a sustentabilidade dos cultivos.

Palavras - chave: Agroecologia; Desenvolvimento rural; Agroflorestal.

ABSTRACT

This dissertation is an attempt to approach the rural development in an agroecological perspective, taking the family agriculture as an object. It starts from a revision about the technological patterns and the policies which guided the national agricultural model. It also tries to identify the relations of these instruments with the family agricultural development in Brazil and the role played by the agroecological technologies in a changing process of development patterns. It also tries to associate the agroecological proposal with agricultural pattern, according to the ecological economy assumptions and the sustainability, and understand the rural development focusing on the territory. Furthermore, it intends to perceive the main challenges for the family agriculture towards the technological changes in the rural area, including in this list the participation of the farmers settled by the agrarian reform in the social production process in the rural environment. Thus, it aims to understand how the family agriculture social groups are positioning themselves in a crisis scenario of the productive pattern based on the “conventional” or “industrial” agricultural technology. Afterwards, it interprets some agroforest farmer experiences from Bom Jardim-Pernambuco, aiming to analyse how the social production is, based on the agroecological pattern reproductions as changing strategies of the “conventional” agricultural productive pattern. The guidelines of this analysis was the actual discussion about the rural production pattern and the social and economical trajectory of the agricultural families that use the agroforest as agricultural production style in Bom Jardim, Pernambuco. Besides being a study based on the agroecology topic, it became to be an opportunity to deepen the territorial and local rural development aspects starting from the family agriculture.

To make a deeper study of the discussions about the agroecological subject, it led to the debate about the possibilities of this practice as a social production alternative in the rural environment. It can not only represent the agricultural production patterns transformation towards the demands raised by the productive crisis, but also the environmental degradation which detracts from the productivity and profitability of the agricultural activities. It also compromises the agricultural food quality pattern establishment with consequences in the commercial process and finally, as an important step for the sustainability. We may realize, thus, the existent potential in the various types of agriculture that do not use the traditional technological pattern known as Green Revolution, but ecological principles that are the basis for the nature inner relations use as strategies able to guarantee the farming sustainability.

Key-words: Rural development; Agroecology; Agroforestry.

INTRODUÇÃO

Este trabalho está longe de querer esgotar a discussão sobre a agroecologia e desenvolvimento rural. Pelo contrário, acredita-se que está apenas começando. No entanto, o que isso mostra de imediato é que se precisa trilhar um longo caminho para definir e estabelecer os padrões de desenvolvimento rural dentro dos princípios da sustentabilidade.

O desenvolvimento rural de locais onde predomina a agricultura familiar tem sido o objetivo da atuação dos movimentos sociais em seus mais diversos focos, sendo as famílias agricultoras o que dá significado a esses movimentos, pois são os mesmos, “o [próprio] movimento da sociedade [que], atribuindo novas funções geográficas, transforma a organização do espaço, cria novas situações de equilíbrio e, ao mesmo tempo, novos pontos de partida para um novo movimento” (SANTOS, 1987, p. 86).

O processo de exploração agrícola de forma contínua em áreas onde os grupos sociais não guardam uma tradição de uso de práticas de conservação dos recursos ambientais tem contribuído para o atraso sócio-econômico e a degradação ambiental. Uma trajetória de desenvolvimento está em construção, diferente daquela com base no modelo produtivista, na revolução verde. Nesse contexto, os agricultores e as agricultoras precisam decidir qual a tecnologia mais apropriada as suas condições sócio-culturais, econômicas e ambientais, pois a mais moderna tecnologia não significará, por si, a melhor escolha.

Esse novo modelo de desenvolvimento rural, que se faz novo pela gradual transformação das relações de produção social no campo “... será preciso [...] entender que este é um espaço em construção, na maioria das vezes, precário e instável, cuja viabilidade

depende freqüentemente da tenacidade dos agricultores e da adoção de complexas estratégias familiares” (WANDERLEY *apud* BLUMER, 1997, p. 82).

A agroecologia aparece como mudança técnica, como possibilidade que contempla a necessidade de um princípio ou teoria associado às transformações do espaço. “A tecnologia explica o espaço e este explica a sociedade, já que cada formação social é ao mesmo tempo formação espacial, onde o sistema de produção e reprodução social, a organização e a oposição de classes sociais estão materialmente impressos” (CASTRO *et. al.*, 2000, p.241).

Nessa busca para entender o desenvolvimento rural com foco na agroecologia, objetiva-se visualizar as mudanças em processo na agricultura familiar, com um olhar especial no município de Bom Jardim-Pernambuco, em comunidades que utilizam a agrofloresta como estratégia para a produção agrícola. Espera-se, com isso, identificar limites e possibilidades de adoção dos sistemas agroflorestais.

Os primeiros passos em direção à adoção de modelos de produção com base na agrofloresta, em Bom Jardim, foram dados em 1992, com a realização do DRPA - Diagnóstico Rápido e Participativo de Agroecossistemas, que definiu um programa de intervenção agroecológica a nível municipal. Em 1993, esse programa realizou atividades de sensibilização, capacitação e intercâmbio, formando a Comissão de Agricultura do STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais com representação de agricultores de 14 comunidades. Em 1994, surgiu a decisão técnica de intervenção com base na proposta agroflorestal e iniciaram-se campanhas massivas com o objetivo de diminuir as queimadas e aumentar a produção. Em 1995, priorizou-se a validação desta proposta técnica, com a implantação de

experiências em unidades de produção da agricultura familiar. Atualmente, as unidades dos sistemas agroflorestais são uma realidade no município, com várias comunidades envolvidas.

Parte-se da hipótese que os sistemas agroflorestais transformam positivamente o espaço rural do Agreste de Bom Jardim, possibilitando a sustentabilidade eco-social e econômica dos agricultores e das agricultoras familiares.

Na elaboração deste trabalho, dados de natureza subjetiva e de procedência primária foram obtidos utilizando-se a técnica de observação participante, com aplicação de entrevistas semi-estruturadas. A realização da pesquisa documental foi feita nos acervos do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, nos escritórios de Recife e Bom Jardim.

O trabalho foi estruturado em quatro capítulos. No primeiro, tenta-se analisar as principais diferenças da agroecologia em relação à agricultura industrial, entender o papel das políticas na relação agricultura familiar e agroecologia e efetuar uma abordagem do território como *lócus* da reprodução social e desenvolvimento rural.

Em seguida, no segundo capítulo, procura-se explorar os desafios da agricultura familiar em um novo momento do seu desenvolvimento, diante dos cenários propiciados pelos movimentos sociais da reforma agrária. Aproveita-se para discutir a agrofloresta como possibilidade de sistema de produção na agricultura familiar.

No terceiro capítulo, analisa-se o espaço geográfico do município de Bom Jardim, procurando identificar as conexões com a proposta da agrofloresta e os fatos sociais e históricos que a caracterizam.

No quarto e último capítulo, busca-se apontar as especificidades que definem o espaço rural do município de Bom Jardim, tendo a agrofloresta como pano de fundo.

Finalmente, nas considerações finais, procurou-se apontar questões fundamentais para o desenvolvimento social e econômico dos grupos sociais da agricultura familiar numa perspectiva dos sistemas agroecológicos de produção.

1.0 AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

1.1 AGROECOLOGIA E AGRICULTURA INDUSTRIAL

Considera-se oportuno uma discussão sobre os fundamentos da agroecologia frente aos da agricultura industrial, Com o objetivo de comparar sistemas agrícolas que contemplem princípios agroecológicos e aqueles que se utilizam das práticas da agricultura industrial, de sorte a verificar suas implicações nas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais influenciando o desenvolvimento rural. Aliado ao intento de ampliação dos conhecimentos, é importante verificar os componentes que concorrem para imprimir as principais diferenças entre os modelos agrícolas citados, o que acredita-se ser o caminho para a compreensão, entre outras questões, do processo de industrialização da agricultura e do avanço das forças do capital na transformação das relações de vida dos grupos tradicionais da agricultura familiar e da sociedade rural em sua totalidade.

Embora, com ressalvas, Guzmán Casado (2000) utiliza a definição sobre agricultura industrial de Chambers (1989), segundo o qual:

a agricultura industrializada pode ser definida como uma forma de artificialização da natureza localizada em sociedades do primeiro mundo e em certos pontos do terceiro, onde a climatologia dominante é temperada e cuja forma hegemônica de produção agrícola se encontra fortemente capitalizada, predominando *inputs* externos a reajuste e reciclagem de energia e materiais utilizados em processos biológicos; que pretende uniformizar o meio ambiente local para estabilizar a produção, controlando ao máximo o risco, eliminando a biodiversidade local para obter um máximo homogêneo de produção¹ (CHAMBERS *et al.*, 1989, p. XVI *apud* GUZMÁN CASADO *et al.*, 2000, p. 21, tradução nossa).

¹ “la agricultura industrializada puede ser definida como una forma de artificialización de la naturaleza localizada en las sociedades del primer mundo y en ciertos enclaves del tercero, donde la climatología dominante es templada y cuya forma hegemónica de producción agrícola se encuentra fuertemente capitalizada, con prevalencia de *inputs* ajenos al reacomodo y reciclaje de la energía y materiales utilizados en los procesos biológicos; que pretende uniformizar el medio

Lembra-se que o termo “agricultura industrial” é utilizado aqui para estabelecer a diferença entre um modelo de agricultura em bases agroecológicas e o modelo de agricultura que faz uso de tecnologias modernas. É comum verificar que diversos autores usam o termo “agricultura convencional” ao invés de agricultura industrial.

Tentar explicar a Agroecologia partindo da comparação desta com a agricultura industrial, oportuniza aprofundar suas bases epistemológicas e, ainda, trazer à luz as principais diferenças entre os dois modelos, contribuindo para a caracterização das práticas que o diferenciam pelos princípios científicos adotados por cada um, considerando que o modelo agroecológico privilegia práticas agrícolas que guardam os conceitos de manejo ecológico e o modelo agrícola industrial tem como base a agroquímica, a mecânica agrícola, a biotecnologia, entre outras modernidades. Existe, portanto, uma série de afirmações e indagações a serem feitas com relação as principais características e sobre as diversas formas ou modelos agrícolas que emolduram o perfil dos dois modelos agrícolas em tela.

Quando toma-se em consideração os processos de mudança na agricultura, em face do avanço do capital no campo, observa-se uma seqüência de transformações envolvendo novas práticas agrícolas que alteram os antigos manejos da terra e das culturas, como também um conjunto de alterações ambientais, sócio-econômicos e culturais. Romeiro (1998) traz uma discussão acerca de inovações na agricultura que remonta a épocas que vão desde a idade média até dias atuais e mostra como técnicas consideradas simples nos dias de hoje, foram tão importantes em tempos passados. Um exemplo disso tem-se no capítulo I (Revolução

ambiente local para estabilizar la producción, controlando al máximo el riesgo, eliminando la biodiversidad local para obtener un máximo homogéneo de producción”

Agrícola e Transição Feudalismo/Capitalismo) de seu livro, na oportunidade em que discute sistemas de cultura itinerante² e sistemas de cultura permanente³. Para esse autor,

A passagem da produção agrícola baseada em sistemas *de cultura itinerante* para uma produção baseada em sistemas *de cultura permanente* na Europa do Norte foi objeto de vivas controvérsias. Uma das mais importantes opunha, de um lado, aqueles que viam a expansão demográfica como a variável independente na evolução dos sistemas agrários, de outro lado, aqueles para os quais a força motriz principal do processo de mudança era a introdução do progresso técnico, independentemente da expansão demográfica.(ROMEIRO, 1998, p. 23).

A alusão a revolução agrícola tendo como eixo de mudança a passagem da agricultura itinerante para a agricultura permanente é, aqui, intencionalmente colocada para mostrar que a adoção de diferentes modelos agrícolas está associada a uma ampla combinação de fatores:

... parece clara a importância das transformações ecológicas do espaço agrícola como fator indutor do processo de mudança técnica. Fica claro também que não existe uma única resposta tecnológica, sendo adotada a mais eficiente do ponto de vista econômico. O que se pode dizer, portanto, é que, em um dado nível de conhecimentos científicos e tecnológicos, as restrições ecológicas impõem toda uma série de procedimentos técnicos sem, no entanto, definir o conjunto de técnicas que vai efetivamente ser adotado.

² **Agricultura Itinerante** – “Por agricultura itinerante, como o nome indica, entende-se um tipo de agricultura temporária que se desloca espacialmente. Trata-se de um tipo de agricultura praticada até hoje por várias tribos que vivem em florestas tropicais. O preparo do solo é feito através do fogo. O fogo limpa o terreno, elimina uma série de parasitas e microorganismos nocivos. além de tornar disponíveis para as culturas os elementos minerais contidos na matéria orgânica florestal, que voltam ao solo através das cinzas. Além disso, dado que o solo recém-aberto na floresta contém um teor elevado de matéria orgânica, seu estado estrutural permite que a semeadura seja feita diretamente, sem necessidade de revolver e amaciar a terra. O solo assim preparado é cultivado durante alguns anos, enquanto suas reservas de nutrientes permitirem. Uma vez esgotado, ele é abandonado pelos agricultores durante um período de tempo suficientemente longo para que a floresta se recupere (ROMEIRO, 1998, p. 24)”

³ **Agricultura Permanente** – “O sistema de cultura permanente que sucede o sistema de cultura itinerante na Europa do Norte ficou conhecido por sistema de “pousio” (jachère) de 2 ou 3 faixas. Dois métodos diferentes de preparo do terreno podiam ser empregados segundo o tipo e as condições do solo. O método mais utilizado era o do arado. O arado, ou melhor, a *charrua* é um instrumento concebido essencialmente para controlar ervas daninhas (capim). Ao contrário do arado da antiguidade que apenas sulcava a terra, o novo arado revira o solo de modo a expor ao sol as raízes das ervas daninhas. O outro método (“ecobuage”) era empregado no caso de solos considerados mais difíceis. Esse segundo método consistia em retirar com a enxada pedaços do solo e construir com estes espécies de fornos, com a parte coberta de capim virada para dentro, de modo a propiciar um processo de queima controlado que evitasse a perda de certos elementos minerais (*ibidem* p. 25-26).

São as restrições de ordem socioeconômica que intervêm na configuração final do sistema de produção agrícola. É claro que, quanto mais baixo for o nível de conhecimentos científicos e tecnológicos, maior será a preponderância das restrições do meio ambiente. Tudo isso parece claro num quadro de análise estático, mas as coisas se complicam quando se passa a um quadro de análise dinâmico no qual tudo se move, os conhecimentos científicos e tecnológicos, o meio ambiente e o contexto socioeconômico e institucional, em interação uns com os outros.(*ibidem*, p. 30-31).

Bin (2004) trata de modo interessante essa questão na sua dissertação, quando refere-se aos impactos ambientais a partir do padrão tecnológico agrícola e sobre o modelo produtivista a que, posteriormente, faz menção. Destaca como sendo a primeira Revolução Agrícola, nos séculos XVIII e XIX, o avanço de consórcios entre agricultura e pecuária (com utilização de esterco como adubo orgânico) e rotação de culturas com plantas forrageiras e como sendo a segunda Revolução Agrícola, iniciada no final do século XIX, aquela que introduziu o padrão produtivo moderno, ou produtivista, denominação relacionada a esse padrão por ser seu principal objetivo intensificar a produção através da produtividade ou da eficiência dos recursos. A autora dá continuidade às discussões em torno do modelo agrícola produtivista, tratando de várias outras questões como a motivação da passagem do padrão da primeira Revolução para o padrão moderno, ou produtivista, das suas características destacando a monocultura, base do padrão produtivista, apontada como uma resposta para as necessidades de aumento da área cultivada com cereais na Europa, decorrente em grande medida das transformações ocasionadas pela Revolução Industrial, entre outros aspectos e, posteriormente, da crise enfrentada pelo modelo produtivista.

A autora ressalta, ainda, que, apesar da consolidação e difusão do modelo produtivista a partir das décadas de 1950 e 1960, outras correntes iniciadas a partir da década de 1920 favoráveis ao uso da matéria orgânica e dos processos biológicos, continuaram existindo. Essas correntes apontavam para técnicas que evitavam a simplificação extrema dos agroecossistemas, pois o entendiam como algo mais holístico, influenciando e sendo influenciado pelo conjunto de relações bióticas. Afirma que, nos anos 1970, esse conjunto de

práticas passou a ser conhecido como agricultura alternativa e passa a ser tema de destaque no movimento ambientalista, como forma de alerta para a degradação ambiental proveniente da atividade agrícola.

Costabeber (2004) analisa a hegemonia do paradigma produtivista e traz aspectos importantes em torno da temática da transição agroecológica, quando compara o modelo produtivista a modelos ecológicos. Faz menção à revolução verde e seu estado de crise, considerando que nos últimos cem anos da história agrária se pode fazer referência a duas transições agroecológicas em grande escala, e cita Buttel (1995) para caracterizá-las, afirmando que “a primeira delas teve uns começos balbuciantes na Europa e na América do Norte no final do século XIX e se estendeu até a metade do presente século [séc. XX]” (COSTABERBER, 2000, p.17, grifo nosso). “A segunda transição agroecológica tem como essência um processo de ‘ecologização’ da agricultura, e acaba de começar” [...] sendo “a Revolução Verde — que representa precisamente a culminação desta primeira transição — [...] tradicionalmente associada à difusão internacional das chamadas variedades de alto rendimento, a partir da Segunda Guerra Mundial” (COSTABERBER, 2000, p.17).

O mesmo autor destaca como imperativo a substituição do modelo produtivista por modelos mais sustentáveis (p.41). A mudança estaria associada a uma postura ecológica em relação aos problemas ambientais e atenderiam as necessidades sociais e econômicas que assegura a sustentabilidade.

Aqui aceita-se as afirmações do autor citado anteriormente sobre a questão que envolve mudanças de adoção de modelos mais sustentáveis e abandono do modelo produtivista. Por outro lado, sendo ou não um imperativo ecológico, os modelos sustentáveis de agricultura são

adotados lentamente por grupos sociais da agricultura familiar. A transição agroecológica vêm sendo feita gradualmente, basicamente por grupos sociais da agricultura que participam de programas de desenvolvimento rural sustentável, com forte apoio de organizações não-governamentais (ONG's) que atuam no espaço rural com temas agroecológicos. Apesar disso, agricultores tradicionais, na grande maioria, continuam utilizando as práticas da agricultura moderna (ou industrial).

Com efeito, a transição agroecológica que começou neste final de milênio — a segunda transição do século XX na classificação de Buttel — poderia ser definida como a passagem do modelo produtivista convencional para formas de produção mais evoluídas sob o ponto de vista da conservação dos recursos naturais e, conseqüentemente, mais sustentáveis no médio e longo prazos. A característica fundamental deste processo de transição seria a *ecologização* da agricultura [...] Esta ecologização das práticas agrárias estaria, por sua vez, crescentemente marcada por uma maior integração entre a Agronomia e a Ecologia — dois campos de estudo até agora pouco explorados em suas complementaridades para gerar conhecimentos relevantes à melhoria de métodos e técnicas de intervenção com fins agrícolas do homem sobre os ecossistemas (COSTABEBER, 2004, p. 40).

Logo abaixo apresenta-se a sistematização de estilos de agriculturas alternativas realizada por Costabeber (2004) que traz sua contribuição no campo didático-pedagógico e na divulgação sobre as tendências dos modelos agrícolas de base agroecológica, conforme quadro a seguir:

Quadro 01⁴: Estilos de agricultura alternativa e princípios básicos

ESTILO	PRINCÍPIO BÁSICO
Agricultura orgânica	uso de composto, plantas de raízes profundas, atuação de micorrizas na saúde dos cultivos. Difundida em vários continentes. O IFOAN atua na harmonização de normas técnicas certificação de produtos e intercâmbio de informações e experiências

⁴ Adaptado de Costabeber (2004).

Agricultura Biodinâmica	Antroposofia (ciência espiritual), preparados biodinâmicos, calendário astrológico; possui marcas registradas (Demeter y Biodyn). Muito difundida na Europa. Presente no Brasil: Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, Estância Demétria e Instituto Verde Vida.
Agricultura Natural	composto com vegetais (inoculados com 'microorganismos eficientes'), valores religiosos e filosófico-éticos. Movimento organizado pela MOA-International e WSAA (EUA). Shiro Miyasaka dirige a atuação da MOA no Brasil.
Agricultura Biológica	a saúde dos cultivos e alimentos depende da saúde dos solos; ênfase no manejo de solos e na rotação de cultivos. Influenciada pelas idéias de A. Voisin e pela <i>Teoria da Trofobiose</i> (Chaboussou, 1980). Difundida na França, Suíça, Bélgica e Itália.
Agricultura Ecológica	conceito de agroecossistema, métodos ecológicos de análise de sistemas; tecnologias suaves, fontes alternativas de energia. Está difundida em vários países. Sua introdução no Brasil está ligada a J.A. Lutzenberger, L.C.Pinheiro Machado, A.M. Primavesi, A.D. Paschoal e S. Pinheiro, entre outros.

Fonte: Costabeber (2004)

Um aspecto importante na discussão travada sobre os elementos que caracterizam as modernas técnicas agrícolas de produção refere-se às biotecnologias, que segundo Costabeber (2004, p.22), “passaram a ser vistas como capazes de solucionar os problemas resultantes da aplicação dos métodos da agricultura moderna, [...] pela utilização intensiva de produtos agroquímicos e recursos energéticos não renováveis” ao mesmo tempo que faz um alerta sobre a possibilidade do aumento da relação de dependência das atividades da produção agrícola dos insumos industriais pelo uso das biotecnologias vegetais. É preciso lembrar, todavia, que inovações da chamada agricultura moderna, a exemplo da Biotecnologia, podem promover grandes mudanças na base produtiva de grupos de agricultores familiares. Um dos

aspectos a ser explorado seria a possibilidade de sistemas de produção pouco exigentes de fontes de energia renovável.

Torres (1991) concorda que o uso da biotecnologia para estabelecer agroecossistemas com reduzido uso de fontes não renováveis de energia favorece modelos alternativos de produção agrícola ecologicamente aceitáveis e melhores ajustados aos sistemas de produção campestres e familiares, “esta última via poderia ser de maior transcendência devido a qual, além disso de seus favoráveis efeitos a nível ecológico, [...] posto que poderia ser a base de sistemas de produção eficientes, diversificados e de baixo custo, e, portanto, ao alcance de produtores de limitados recursos”⁵ (TORRES, 1991, p. 531-532, tradução nossa).

Hecht (1989) aprofunda a discussão sobre o pensamento agroecológico apresentando aspectos históricos que considera fundamentais no processo de negação dos conhecimentos agronômicos praticados pelos povos e suas culturas locais, motivada, segundo essa autora, por preconceitos dos pesquisadores ... “com relação a fatores sociais, tais como classes, etnicidade, cultura e gênero” (HECHT, 1989, p. 26).

A mesma autora lembra que espanhóis e portugueses freqüentemente alteravam as bases rituais e simbólicas da agricultura dos povos conquistados/escravizados. Revela seu olhar sobre o significado da agroecologia quando afirma que esta “geralmente incorpora idéias mais ambientais e de sentimento social acerca da agricultura, focando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção” (HECHT, 1989, p. 28).

⁵ “esta última via podría ser la de mayor transcendência debido a que, además de sus favorables efectos a nivel ecológico, [...] puesto que podría ser la base de sistemas de producción eficiente, diversificados y de bajo costo, y, por lo tanto, al alcance de roductores de limitados recursos.”

Uma característica da agricultura convencional reside no impacto provocado no ambiente pela introdução de técnicas agrícolas modernas pouco adaptáveis às condições naturais do lugar. Frequentemente essas técnicas são empregadas sem uma avaliação precisa de seus efeitos sobre os recursos naturais, em função de seus usuários estarem preocupados com o imediato e os resultados quantitativos, ao contrário das práticas agroecológicas onde procura-se utilizar métodos de baixo impacto no meio ambiente, garantindo agriculturas sustentáveis, principalmente no que se refere à conservação dos recursos naturais.

Quando se parte da ótica anterior, para analisar elementos próprios de cada tipo de agricultura, a convencional e a agroecológica, percebe-se a existência de diferenças extremas entre elas. Um exemplo bem típico é a prática do uso do fogo em agroecossistemas de agricultura itinerante e/ou agricultura de roçado e em sistemas agrícolas modernos, dado que, embora seja uma antiga prática agrícola, com cerca de 10.000 anos a queima do mato na agricultura convencional é usada em larga escala sem critérios ecológicos. Na agroecologia, o uso do fogo “pode ser bom ou mau, usado pouco ou excessivamente, de forma cuidadosa ou descuidadamente. O desafio é a aplicação apropriada do conhecimento dos seus impactos ecológicos” (GLIESSMAN, 2005, p. 281).

A abordagem agroecológica foi ampliando sua base teórica com contribuições significativas do movimento ambientalista nas décadas de 1960 e 1970. O estudo sobre questões agrícolas relacionadas aos impactos de substâncias tóxicas no ambiente e os custos de energia em sistemas de produção agrícolas exigiram uma reavaliação desses modelos. É preciso salientar, também, a importância dos estudos relativos aos ecossistemas tropicais e as dinâmicas ecológicas dos sistemas agrícolas tradicionais realizados por antropólogos e

geógrafos acerca das práticas agrícolas e da lógica da produção de povos indígenas e camponeses (HECHT, 1989, p. 34-36).

Embora não exista uma crise propriamente dita da ciência agrícola, os impactos gerados ao meio ambiente pelo controle químico das pragas vêm promovendo resultados imprevisíveis. Os cultivares desenvolvidos para aumento da produtividade exigiu a intensificação da aplicação de quantidades crescentes de insumos com resultados negativos na conservação de solos e poluição das reservas de água.

Na outra via está a Agroecologia que preocupa-se com sistemas agrícolas desenvolvidos ao longo do tempo com a participação direta das pessoas, dos grupos tradicionais da agricultura camponesa ou agricultura familiar e sobre a diversidade de relações construídas pelos agricultores e agricultoras. O método da Agroecologia difere do método tradicionalmente usado pelos cientistas agrícolas que utilizam experimentos em parcelas onde controlam a influência de fatores ou práticas agrícolas indesejáveis, utilizando conhecimentos de pesquisas passadas. A diferença destes, os agroecologistas, embora utilizem os conhecimentos da ciência agrícola ocidental, “sabem que estão interpretando sistemas complexos que foram desenvolvidos com pessoas fazendo parte de um único processo, e não como máquinas com características universais que operam à parte de pessoas”. (NORGAARD, 1989, p. 44).

As práticas agrícolas são um conjunto de tecnologias que formam um sistema. Não se pode imaginar uma prática de cultivo agrícola ou manejo de criação de animais domésticos de forma isolada, e sim como partes de um conjunto de conhecimentos construídos historicamente. O uso de técnicas que podem parecer do passado e induzir sua avaliação como ultrapassada pode levar a equívocos por pressão das forças do capital que apresentam novas

técnicas como produtos. Eis o que lembra Santos (1997, p.47) a afirmar que “sem o sopro vital da sociedade que a utiliza, o que há é talvez um objeto, uma máquina, mas não propriamente uma técnica.”

Tem-se uma curiosidade crescente, de estabelecer ou entender como a agroecologia insere-se no espaço rural enquanto um sistema de objetos e sistema de ações. Acredita-se que o desenvolvimento da agricultura familiar é influenciado fortemente pelo modelo tecnológico adotado, sendo este parte do processo de totalização do espaço rural. No seu legado à análise geográfica sobre a noção de totalidade, Santos (1997, p. 93) diz que “todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes.”

Conhecer a totalidade dos espaços agrários, ou melhor a subtotalidade, tomando-se como unidade de análise um espaço geográfico específico, como é o caso dos diversos cenários na agricultura familiar, como parte da totalidade agrária no Brasil e conhecer melhor os grupos sociais que nesses cenários realizam sistemas técnicos chamados alternativos, ou melhor, agroecológicos, é uma estratégia para apreender a totalidade do lugar através de ações diferenciadas do padrão em vigor, explicando as partes e abrangendo a noção do todo, de vez que “a totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações e em seu movimento (*ibidem*, p. 94).

1.2 POLÍTICAS VOLTADAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA

Pretende-se com este tópico esmiuçar, um pouco, a atuação do poder público do Brasil nas diversas políticas voltadas para o setor agrícola, e procurar compreender de que modo influenciaram os agricultores e agricultoras agroecológicas. É importante assinalar o processo histórico do debate sobre as políticas agrícolas quando, na maioria das vezes, esse debate quase sempre, esteve associado à discussão em torno do desenvolvimento econômico nacional e poucas vezes, a agricultura familiar esteve presente como parte do mesmo.

O Estado esteve invariavelmente contribuindo com as forças do capital em seu avanço no campo, proporcionando as condições para o seu fortalecimento, ao assumir “uma postura mais intervencionista, com participação ativa no processo produtivo, transparecendo uma correlação dialética entre atividade do Estado e o processo de acumulação” (SÁ, 1991, p. 18). Seria ingenuidade admitir a participação do Estado no desenvolvimento de políticas agrícolas partindo do pressuposto de sua missão de garantir as condições legais e de infra-estrutura nas atividades de produção, somente, e imputar ao mesmo a condição de mediador nas relações entre capital e trabalho de forma imparcial.

O crescimento do capitalismo na sociedade brasileira e sua participação na economia rural aprofunda as transformações e favorece os grandes grupos econômicos, provocando impactos de ordem social e econômica no meio rural, desfavoráveis aos menos favorecidos pelas políticas do Estado na agricultura, coincidentemente sendo estes os agricultores familiares (SÁ, 1991; ANDRADE, 1998).

Apesar de concebidos ou redefinidos segundo prioridades espaciais, esses programas têm-se caracterizado por uma atuação pontual e de efeitos muito limitados. [...] Não obstante a abrangência sócio-econômica de tais programas, estes afetaram apenas marginalmente as estruturas e as técnicas de produção, as relações de trabalho e a estrutura de posse e de uso da terra, mostrando-se, portanto, incapazes de modificar a tendência histórica da agricultura regional: a de constituir ‘reserva de acumulação primitiva’ para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro (SILVA, 1984, p. 88).

Gonçalves Neto (1997) faz considerações importantes para a compreensão da política agrícola no Brasil em seu estudo do período 1960-80. O início dos anos 60, foi marcado por uma ampla discussão e participação política em torno das perspectivas do desenvolvimento do país. Nesse ambiente de efervescência em torno da elaboração de propostas para o desenvolvimento econômico brasileiro entra em cena um aprofundamento dos temas da questão agrária no Brasil. Gonçalves Neto (1997) faz uma análise da questão agrária brasileira vinculando este tema à totalidade econômico-político-social nacional. Essa é interessante por trazer à luz dos dias atuais um importante capítulo da nossa história recente, mas principalmente pela ênfase à inserção da questão agrária no debate sobre o desenvolvimento econômico do país. Em sua resenha ele lembra como “a discussão em torno do atraso relativo da agricultura desaguará nas propostas de reforma agrária, intensamente debatidas na década de 60, e de modernização da agricultura [...] da segunda metade dos anos 60 e início dos anos 70 (GONÇALVES NETO, 1997, p. 38).

A discussão em torno da agricultura no período 60-80 revela questões importantes sobre a questão agrária no Brasil através do intenso debate sobre o papel da agricultura na composição da economia brasileira.

Trava-se então um amplo debate da questão agrária brasileira, no qual o latifúndio é apontado como o principal vetor do atraso da agricultura. Nesse momento das discussões, aludidas por Gonçalves Neto (1997) sobre a agricultura brasileira, verifica-se a tendência de

uma parte daqueles que promoviam o debate de romper com o modelo fundiário implantado no Brasil, favorável, desde o período colonial, à formação dos latifúndios, este último visto como o principal fator de restrição aos camponeses no acesso as políticas agrícolas.

Paralelo a discussão que considerava a agricultura como entrave para o crescimento da economia nacional no período estudado (décadas 1960-80), outra vertente a de funcionalidade da agricultura defendia a tese de que a agricultura sempre cumpriu seu papel econômico, não apenas respondendo à demanda urbano/industrial, sem pressionar seus custos, mas contribuindo, decisivamente, para o processo, ao cumprir as chamadas tarefas da agricultura em um processo de desenvolvimento econômico . Essa vertente ficou presa à funcionalidade da agricultura quanto ao seu caráter econômico, sem aprofundar a discussão sobre as relações da produção social que ocorrem no seio dessa mesma agricultura.

Num cenário mais atual, uma questão merece comentários pela sua constância na pauta de discussões sobre o desenvolvimento rural e pelo papel decisivo representado no conjunto de medidas empreendidas pelo governo no setor agrícola, trata-se do crédito agrícola oficial.

Ao longo da história econômica do nosso país a política de crédito sofre modificações com base na política macroeconômica. Desde 1965, é atribuído à política de crédito rural do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), um papel fundamental para o crescimento do setor agropecuário nacional, apoiando produtores, principalmente os grandes, e favorecendo as regiões Centro Sul, as culturas de exportação. Em face do volume de recursos essa política setorial marcou, de forma definitiva, as décadas de 1970 e 1980 (LEITE, 2001; ARMANI *et al.*, 1998). Tanto na viabilidade e desenvolvimento de mercados especializados em títulos de longo prazo, como no amparo à constituição e maturação de setores estratégicos, a política de financiamento assume um caráter prioritário (LEITE, 2001, p. 74).

Ao crédito agrícola coube a função de indutor de modernização no Brasil, com juros subsidiados e a grande disponibilidade desse apoio permitiu um leque de ações, voltadas para a agricultura como: assistência técnica, pesquisa agropecuária, seguro, armazenagem e o fortalecimento da agroindústria. Nessa etapa da economia brasileira, o Estado imprimia o ritmo do crescimento econômico e controlava quase todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento rural. “Finalmente, a partir da segunda metade dos anos 80 [...] o crédito rural, que tinha sido o ponto fulcral da modernização e o fio condutor das políticas para o campo, perdeu a sua densidade.” (BELIK; PAULILLO, 2001, p. 98).

A mudança na orientação do financiamento para a agricultura brasileira salienta a clara separação entre a agricultura empresarial, articulada para frente junto à indústria, exportadores e distribuição e a pequena agricultura (familiar, na maioria das vezes) amparada apenas pelos mecanismos “sociais” de sustentação. Fica evidente que com a perda do poder de regulação por parte do Estado, expresso através da administração dos velhos mecanismos do crédito rural, que a distância entre essas duas agriculturas só tende a aumentar no futuro. Neste quadro, há pouca margem de manobra para condução de uma política agrícola que possa reverter a perspectiva de concentração da produção e da renda no campo (BELIK; PAULILLO, 2001, p. 118).

Fica visível nas políticas de desenvolvimento na perspectiva macroeconômica para a agricultura no Brasil, cunhadas nas décadas de passado recente, o favorecimento da agricultura patronal, aspecto excludente que causou um forte processo migratório de agricultores familiares para os centros urbanos. Os problemas advindos desse fato incidiram fortemente sobre as sociedades rurais e urbanas

Na década de 1990 surge então uma política agrícola mais próxima dos anseios da agricultura familiar. Dentro do debate sobre novas concepções de desenvolvimento, onde, o conceito de sustentabilidade ganhava espaço, o crescimento dos movimentos de reforma agrária ampliam sua participação no cenário político nacional, abre-se a possibilidade de uma política agrícola diferenciada que procurasse atender a agricultura familiar. Nasce o Pronaf -

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (ARMANI, 1998 ; BELIK; PAULILLO, 2001; ARAÚJO, 2000).

A existência do Pronaf não pode ser vista como a redenção da dívida social do Estado com os grupos sociais da agricultura familiar, nem significa mudanças radicais no modelo agrícola em vigência, preconizado pelo que restou da política de assistência técnica e pesquisa agrícolas. Temos que admitir tratar-se de um avanço nas relações políticas entre o Governo e os movimentos de representação da agricultura familiar no Brasil. Durante sua aplicação como política agrícola, desde 1997, com suas especificidades para atender um público definido, o Pronaf vêm ampliando o volume de recursos, conforme o anúncio do Ministério do Desenvolvimento Agrário(MDA) com a meta para o ano safra 2005/06 – julho de 2005 a junho de 2006 – projetando um volume de recursos na ordem de R\$ 9,0 bilhões de reais. Outro aspecto animador são as diversas linhas para atividades agrícolas, apresentadas em sua versão no governo atual: agroindústria, custeio agroindústria, Pronaf-jovem, Pronaf-mulher, Semi-Árido, floresta, agroecologia, cotas-partes.

A medida em que procura-se buscar elementos teóricos que expliquem o conjunto de situações pelas quais passou a agricultura brasileira, focando o interesse nas condições da agricultura familiar (ou da pequena produção rural, terminologia mais comum para época) e no modelo tecnológico adotado, percebe-se quanto é recente a discussão do desenvolvimento rural na perspectiva agroecológica.

Esta trajetória de teorias e estratégias voltadas para o desenvolvimento agrícola e rural, sob uma perspectiva liberal conservadora, em muito contribuiu para o surgimento de uma crise sócio-ambiental sem precedentes na história. Avaliando os resultados da Revolução Verde, a maioria dos analistas conclui que, apesar de ter havido aumento da produtividade agrícola em várias regiões do mundo, desde o início estava claro que as melhorias obtidas enfrentavam limitações inerentes aos próprios enfoques adotados (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 97).

Santos(1979) se utiliza da noção das formas geográficas para inferir aspectos do processo de modernização agrícola nos países do terceiro mundo a partir da Revolução Verde. “Formas transferidas de uma formação sócio-econômica para outra podem comportar a força de modificar esta última” (SANTOS, 1979, p. 153). Ele diz que as formas em uso no meio rural enquadram-se neste esquema geral, sendo as estratégias das políticas oficiais colocadas a disposição dos pequenos proprietários para acesso aos instrumentos/insumos da agricultura moderna, cumprir como uma de suas funções a intenção em fortalecer os aspectos da gênese/composição do capital na agricultura.

A perspectiva agroecológica para as políticas agrícolas aludida no início desse tópico está baseada na idéia de uma agricultura voltada para o conjunto de elementos sociais, econômicos, ambientais, culturais, étnicos, simbólicos colocados na sua construção, como bem diz Jorge Roberto Tavares de Lima⁶:

Agroecologia é mais que uma matriz produtiva. É mais que tecnologias agrícolas de pouco impacto ambiental. [...] É um novo olhar para relação homem – natureza. [...] É a articulação do saber trtdicional com o científico. É a necessidade de um rearranjo nos conhecimentos para que integrando o sujeito ao objeto, se possa reagrupar em um processo dialético complexo e auto-organizativo, que estabelece uma relação direta do homem com a natureza (LIMA, 2004, p. 3).

⁶ Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

1.3 UMA ECONOMIA RURAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA OU SUSTENTÁVEL

No seu artigo “Breve introdução à economia da sustentabilidade” Cavalcanti (2001, p.17) afirma que, embora pareça estranho para muitos, a economia da sustentabilidade é “uma preocupação justificada com o processo econômico na sua perspectiva de fenômeno de dimensão irrecorrivelmente ecológica, sujeito a condicionamentos ditados pelas leis fixas da natureza, da biosfera”. Insiste em estabelecer uma relação de dependência do desenvolvimento econômico com certas limitações físicas, na medida em que “existe uma combinação suportável de recursos para realização do processo econômico, a qual pressupõe que os ecossistemas operam dentro de uma amplitude capaz de conciliar condições econômicas e ambientais”.

Posey (2001) mostra uma preocupação com a perda da biodiversidade em sua mais ampla significação e quando discute o processo de “exploração da biodiversidade e do conhecimento indígena na América Latina”, alerta países como o Brasil, a Costa Rica, Colômbia, México, Bolívia, Equador e Peru sobre as questões relativas à exploração da biodiversidade desses países, segundo esse autor,

Povos indígenas plantam hortas de floresta e administram a regeneração de capoeiras segundo procedimentos que se beneficiam de processos naturais e imitam a biodiversidade das florestas naturais. Muito da diversidade de culturas agrícolas do mundo está sob a custódia de agricultores que seguem práticas ancestrais de cultivo e de uso da terra, as quais conservam a biodiversidade e suscitam outros benefícios locais. [...] Esses sistemas agrícolas, ecologicamente complexos, associados a centros de diversidade genética de culturas, incluem cultivares tradicionais ou ‘raças de terras’ que constituem uma parte essencial da herança genética das culturas do mundo, e espécies vegetais e animais não-domesticadas que servem à humanidade como recursos biológicos (POSEY, 2001, p 350).

Atribuir à agroecologia o caráter de prática econômica de conservação da natureza, é percebê-la como uma prática social responsável no uso dos recursos naturais em processos produtivos agrícolas. O desenvolvimento em bases sustentáveis reclama, em sua essência, o manejo do meio ambiente de forma coerente pelos atores produtivos. Os grupos sociais da agricultura familiar, e, principalmente os grandes empresários agrícolas, precisam sistematicamente buscar as melhores estratégias e métodos que promovam níveis reduzidos do impacto gerado pelas atividades de produção no meio natural. Adotar essa abordagem desafia seus adeptos a trilhar por argumentos capazes de refutarem as críticas e de convencê-los dessa qualidade que diferencia a agroecologia de outras agriculturas. A conservação a que se faz alusão é uma tradução do que entende-se serem valores ecológicos identificados na agroecologia uma maior preocupação com a vida num sentido mais amplo, incluindo-se a sociedade e o ambiente na sua diversidade biológica. “Parte-se do princípio de que, apesar de muitas conseqüências da degradação ambiental serem de ordem global, afetando a biosfera como um todo, os processos geradores desses desequilíbrios têm origem no interior de diversas sociedades, nas formas como estas constroem, representam e manipulam a natureza” (DIEGUES, 2000, p. 4).

A busca por um desenvolvimento sócio-econômico na contramão da satisfação e felicidade das pessoas, dos grupos sociais, é como diz Brandenburg (1999, p. 55), “uma questão que extrapola a sobrevivência material e biológica dos grupos sociais, [...], é uma crise de bem-estar pessoal, uma crise de felicidade.” As atividades desenvolvidas nos processos de produção agrícola devem ser pautadas por soluções que resultem no bem estar social, em qualidade de vida, mas com um forte compromisso com a conservação da natureza, entendida como “... o manejo do uso humano de organismo e ecossistemas, com o fim de garantir a sustentabilidade desse uso. Além do uso sustentável, a conservação inclui proteção,

manutenção, reabilitação, restauração e melhoramento de populações (naturais) e ecossistemas” (WWF/INCN, 1980 *apud* DIEGUES, 2000, p. 1). O sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (projeto de lei 2.892, de 1992) define conservação como: “manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, as atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral” (*ibidem*, p. 2).

A construção de modelos de intervenção nos recursos naturais, seja, o solo, a água, os vegetais e animais em seus mais variados aspectos guardam, na agroecologia, uma grande preocupação com a conservação desses elementos, cujas motivações relacionam-se, não só com a natureza econômica dos próprios recursos naturais, mas também, com a intencionalidade de manutenção da vida local.

Os processos da produção agrícola, seja vegetal e/ou animal, utilizados por grupos sociais de agricultores e agricultoras familiares no âmbito da agroecologia envolvem um conjunto de atividades com perfil conservacionista. É comum verifica-se, nos agricultores agroecológicos, um maior grau de compreensão sobre os princípios ecológicos de manutenção do solo, água, diversidade biológica, entre outros aspectos. Não é deste autor tratar da questão ecológica como um fim em si mesma: o que se deseja é compreender quais os mecanismos de utilização dos ativos naturais sem comprometer o futuro e a vida.

Diegues (2000), faz menção ao surgimento, no Brasil, em meados dos anos 1980, do movimento ambientalista, com características distintas do ambientalismo preservacionista, agora voltado para questões sociais, denominado por aquele autor como “ecologismo dos

movimentos sociais no Brasil”, incluindo a luta pela garantia de acesso aos recursos naturais dos territórios, e valorizando, além do extrativismo, processos produtivos alternativos . “Esse ambientalismo começou a influenciar uma nova forma de ver a conservação, propondo a participação das comunidades tradicionais no planejamento e gestão das atividades de conservação” (DIEGUES, 2000, p. 21) acerca da relação homem e a oposição na resenha relativa ao culturalismo⁷ e naturalismo⁸. Aqui chama-se atenção as conclusões de Diegues, sobre o que classificou como “novo naturalismo”, com base nas idéias de Moscovici (1974 e 1969; *Apud* DIEGUES, 2000, p. 22).

O naturalismo está em plena mutação, deixando de ser uma negação do culturalismo, passando de uma posição de reação para uma posição ativa, de uma proteção ingênua do mundo natural para a afirmação de uma nova relação entre homem e natureza. [...] Esse novo naturalismo ativo, incita a dar a palavra a cada cultura, a cada região e a cada coletividade, a deixar a cada um o que produziu. Trabalho, linguagem, costumes, técnicas, ciências podem ser emprestadas e se intercambiam, em vez de se imporem (DIEGUES, 2000, p. 23-24).

A Agroecologia apresenta uma tendência, em suas estratégias, para processos de conservação dos recursos naturais. O conhecimento das populações tradicionais, principalmente povos indígenas, abrange um conjunto de técnicas e métodos com forte conteúdo para a conservação dos recursos naturais, conhecimentos que estão inseridos na base científica da Agroecologia. Lévi-Strauss (1989) *apud* Diegues (2000, p. 30):

... enfatiza o conhecimento das populações indígenas, ao elaborar técnicas, muitas vezes complexas, como por exemplo, transformar grãos ou raízes tóxicas em alimentos, etc. Há uma atitude científica, uma curiosidade assídua e alerta, uma vontade de conhecer pelo prazer de conhecer, pois apenas uma fração das observações e experiências pode fornecer resultados práticos e imediatamente utilizáveis.

⁷ Culturalismo, “um conjunto de idéias que se apóia na história, na cultura e na sociedade ... vê na natureza a enfermidade do homem, uma ameaça a qual a cultura serve como defesa, como terapêutica” (DIEGUES, 2000. p. 22)

⁸ “o naturalismo, ao contrário, se traduz numa aversão pela sociedade e pela cultura” (ibid.)

Segundo Brown & Brown (1992 *apud* Diegues, 2000, p. 39) o modelo de uso dos recursos naturais de baixa intensidade, desenvolvido pelas populações extrativistas e indígenas, freqüentemente resulta num mínimo de erosão genética e num máximo de conservação. Abreu (2002) contribuindo com essa discussão percebe no processo de modernização ecológica na agricultura, a prática de fazer uso do acervo de experiências e técnicas mantendo preservado os procedimentos que regem a natureza.

De acordo com Abreu (2002), a década de 1990 foi marcada pelas preocupações da sociedade global com o meio ambiente e a tomada de consciência sobre sua responsabilidade no controle ambiental, apesar das dificuldades de ordem econômica, social e política para o avanço e aprofundamento dessa discussão relativas às as medidas reguladoras das atividades agrícolas nos países desenvolvidos as quais só vieram a ser implementadas no início da década de 1990. Para Hervieu (1993 *apud* ABREU, 2002, p. 21) “A noção de qualidade é responsável pela transformação cultural e econômica dos tempos atuais, e ocupa o lugar da noção de quantidade do modelo de desenvolvimento agrícola decorrente da revolução verde”

No Brasil, não foi diferente: o conceito de quantidade na produção agrícola oriundo do processo de modernização norteou as estratégias para o desenvolvimento agrícola e rural. Apesar da tendência mundial de obter uma produção agrícola com qualidade ambiental nos mais variados aspectos, o modelo produtivista continua merecendo um maior conjunto de aportes da política agrícola do governo brasileiro, além de excluir do processo as atividades agrícolas consideradas fora do padrão técnico e mercadológico segundo esse mesmo modelo (o produtivista), deixando claro a incoerência das políticas agrícolas em não considerar as exigências de qualidade necessárias para um novo modelo de desenvolvimento rural (ABREU, 2002).

A agroecologia busca outro caminho de produção agrícola, que difere, profundamente do modelo produtivista adotado por exemplo, pelos empresários da monocultura da cana-de-açúcar, como bem observou Manuel Correia de Andrade em seu estudo sobre o impacto ecológico e social da expansão da agroindústria canavieira, segundo esse autor,

O uso generalizado de inseticidas produz um grande impacto negativo porque polui o solo e provoca a extinção de insetos e pequenos animais que vivem nos canaviais, assim como de pássaros, quebrando o equilíbrio biológico existente e contribuindo para a poluição dos rios que drenam as áreas cultivadas. [...] A adubação química também traz sérios problemas à conservação do solo, além de provocar a poluição do ar e das águas que são atingidas por ela. [...] Para que a empresa tenha competitividade no mercado, não pode aceitar considerações de ordem ecológica, de defesa do meio ambiente, que encareçam a produção. [...] não preocupa também o problema do desemprego e do empobrecimento da população (ANDRADE, 1994, p. 218-219).

1.4 TERRITÓRIO, UMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Trata-se do território que se define pelo cotidiano, pelas relações sociais de produção, pela cultura, e pelo sentimento de pertencimento. Como dissociar o que é parte da mesma coisa para estabelecer um recorte rural no território. Tenta-se explicá-lo por referenciais teóricos que, fundamentados numa abordagem das relações sociais no sistema capitalista, apresentam o espaço rural como frutos dessas relações sociais.

Muito foi dito sobre o destino da agricultura familiar (tentando-se representar o espaço rural pelo que considera-se o grupo social mais representativo desse mesmo espaço) afirmando-se que daria lugar à empresa agrícola capitalista ou à fazenda coletiva. Finalmente chegaram a decretar seu desaparecimento. Em todo o mundo, a agricultura com base na força de trabalho familiar resistiu às mudanças sócio-políticas dos Estados-nação. Os argumentos colocados ao longo do debate sobre as mudanças da agricultura camponesa, da sua forma tradicional, para uma agricultura moderna no contexto da economia de mercado ou de uma economia planificada (dos regimes socialistas), não a destituiu de sua forma social de

organização da produção, ou seja, seu caráter familiar no próprio seio das economias capitalistas mais avançadas (BRUNO, 1994). “Longe de ser uma forma social de organização da produção em perigo, não sendo, portanto, um anacronismo histórico, é um produto do próprio desenvolvimento da economia agrícola moderna”. (p. 52).

Em sua argumentação sobre a especificidade e a racionalidade do trabalho agrícola Bruno(1994) apresenta um quadro bastante exclusivo, da condição do ser agricultor moderno, uma categoria da classe trabalhadora que é obrigada a exercer um multiplicidade de funções em face da modernização, “... o agricultor se parece muito mais com um verdadeiro profissional exercendo um ‘ofício’ que necessita de vários talentos e uma grande polivalência (ser ao mesmo tempo bom mecânico para reparar suas máquinas e um bom gestor financeiro para discutir com seu banqueiro)” (*ibidem*, p. 62).

Uma questão básica sobre a formação dos espaços rurais é conhecer melhor a contribuição que a tecnologia (modelos tecnológicos) traz para as mudanças dos espaços locais em seus aspectos culturais e ambientais e as possibilidades de reprodução desses modelos para situações similares, entendendo similar como espaços ecológicos semelhantes. Na produção social do espaço rural é necessário a utilização de estratégias pelos atores sociais (agricultores, agricultoras, trabalhadores e trabalhadoras de atividades não agrícolas) para o surgimento de um novo formato da economia local. Aqui defende-se o fortalecimento de um espaço predominante da agricultura familiar. A preocupação sobre fatores técnicos que potencialmente promovem alterações nas relações sociais, econômicas e ambientais no espaço rural revela parte da intenção em situar a contribuição da geografia na compreensão do processo de desenvolvimento rural e no surgimento dos (novos) espaços(rurais), no dizer de Maria de Nazareth B. Wanderley (1999), “... no Brasil, os espaços vazios são, antes de tudo, a consequência direta da predominância da grande propriedade patronal. Para perceber a

significação deste processo basta considerar, por um lado, a dimensão das áreas “improdutivas” no País (p. 21).

Um exemplo próximo, de mudança do espaço urbano/rural, está relacionado com a cadeia produtiva da cultura da cana-de-açúcar em Pernambuco (na Zona da Mata). A redução da área de cultivo da cana-de-açúcar na Mata Sul de Pernambuco, fez surgir um novo cenário nas relações sócio-econômicas, políticas e ambientais nos municípios da região. Cresceram os movimentos sociais de reforma agrária marcando um fato recente na história agrária local, de forte impacto na vida dos protagonistas do espaço urbano/rural na região.

Diante de uma economia globalizada como estarão posicionando-se esses atores sociais e quais os instrumentos disponíveis de enfrentamento para essa nova realidade? Que abordagem sobre o desenvolvimento urbano/rural local deverá ser feita para entender o momento atual, sem que seja fortalecida a lógica do mercado? Lógica que não está em favor da socialização da riqueza, antes, aprofunda as desigualdades sociais, para se fortalecer com a crise. São necessárias políticas (públicas) para fortalecimento dos setores fragilizados da sociedade, num contexto onde a classe trabalhadora, representada diretamente, nessa conjuntura, pelos atores sociais da agricultura familiar tenham condições mínimas de enfrentamento do fenômeno de globalização do mercado.

Uma questão a ser enfrentada nas ações de desenvolvimento, na produção social do espaço rural, diz respeito aos recursos naturais anteriormente explorados de forma intensa, uma característica própria na exploração do monocultivo. Tem-se como exemplo a lavoura canavieira. O cultivo por longos períodos da monocultura canavieira (desde a chegada do colonizador europeu no território brasileiro) promoveu modificações radicais no espaço natural e sua biodiversidade. Um modelo tecnológico com base na utilização dos recursos da

agricultura moderna, como os fertilizantes químicos, o uso de máquinas agrícolas (pesadas), e pesticidas de natureza diversa aumentam (e modificam) o grau de vulnerabilidade desses agroecossistemas. A escolha da tecnologia para os novos espaços, no qual é enfatizada a agricultura familiar deve essencialmente objetivar a recuperação da paisagem humana, nas suas mais elementares necessidades, principalmente no resgate social (da cidadania), através de sua participação na economia local e recuperação do nível de renda compatível com as carências básicas da família.

Quando se volta a atenção para problemas típicos da atividade agrícola, percebe-se que os esforços realizados para um adequado manejo dos recursos naturais não é condição exclusiva (única) de garantia para obter os meios em viabilizar a permanência de agricultores e agricultoras nos espaços em produção. Outras questões fundamentais são exigidas, como a organização política para garantir participação nos espaços de decisão, utilizando estratégias de fortalecimento de sua posição na articulação para o desenvolvimento local ou territorial, aqui lembrando do discurso sobre planejamento do governo atual em relação ao desenvolvimento rural.

Mesmo não sendo a análise dos sistemas técnicos foco da presente discussão, sua relação com a produção do espaço é fundamental para ampliar o conjunto de implicações do capitalismo na produção e re-produção do espaço rural. A técnica e o espaço estão intimamente ligados, o primeiro, marcando territórios, refazendo as paisagens locais, ditando o ritmo do tempo, modificando a escala de produção da sociedade, historicizando as práticas econômicas e produtivas. O segundo, representando o processo de mudanças e totalização de subespaços em novo espaço geográfico, que continua em totalização para uma nova totalidade do espaço.

A transformação do espaço rural, antes do mesmo ser (re)criado, refiro-me as atuais condições nas quais inserem-se os grupos sociais que lutam pela ocupação da terra de trabalho, o espaço produtivo onde é possível criar condições para o sustento da família e escapar do processo de exclusão social e econômica, está intimamente relacionado aos princípios tecnológicos disponíveis para os grupos que ocupam esses espaços. Uma melhor compreensão do que ocorre no espaço e do seu desenvolvimento passa pela análise das condições sócio-econômicas das pessoas que o ocupam, da história da ocupação e das mudanças fruto da presença e das práticas humanas, lembrando Godoi (1999, p. 27) em seu estudo sobre camponeses do Piauí, quando afirma que “as percepções e ações dos sujeitos estão inscritas nas condições sociais e historicamente situadas e funcionam em um nível mais profundo do que a realidade passível de apreensão imediata – é preciso dar à luz as práticas”.

O espaço é, segundo Santos (1997, p. 81), “um resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações”. O perfil das diferentes sociedades (e das sociedades camponesas) é um reflexo (não exclusivamente) dos objetos técnicos disponíveis e dos seus avanços. No seu legado à análise geográfica sobre a noção de totalidade, Santos (1997, p. 92) diz que “não foi tirado todo proveito da noção de totalidade como categoria analítica capaz de ajudar a construir uma teoria e uma epistemologia do espaço geográfico”.

Conhecer a totalidade do espaço rural, ou a subtotalidade, se tomamos como unidade de análise um espaço geográfico específico, como é o caso dos espaços rurais que aparecem e reaparecem no bojo da luta pela conquista da terra num movimento de milhares de famílias “sem-terra”, a exemplo do processo político da reforma agrária na Zona da Mata de Pernambuco, que reflete de forma contundente essa dinâmica da sociedade, camponeses reconceituando o espaço e a produção social deste.

O olhar está, nesse momento, sobre o espaço geográfico dos assentamentos rurais, espaço rural em (re)criação. A identificação dos vetores de recriação desse espaço oferece-nos uma idéia do processo de recriação e totalização o que Santos (1997, p. 99) chama de a totalidade como possibilidade. A totalidade como latência é dada pelas suas possibilidades reais, mas histórica e geograficamente irrealizadas. Disponíveis até então, elas se tornam realizadas (historicizadas, geografizadas) através da ação.

A realização de uma nova lógica de produção agrícola, não pode desprezar as “rugosidades do espaço”, ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares.(SANTOS,1997, p. 113). O espaço de que trata o estudo é um espaço rural em (re)criação, formado por grupos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares sem terra, que se reservam entre o trabalho de “aluguel” e as diversas formas de “meiação” na agricultura. As pessoas que compõem os grupos sociais mencionados estavam (estão) de alguma forma ligados as atividades da “grande plantação” da cana-de-açúcar e submetidos a uma relação de trabalho que inviabilizou o acesso a terra. Lembrando Afrânio (1983), o ponto central da expropriação do trabalhador das condições sociais de produção é a terra. Fechar o livre acesso à terra é condição *sine qua non* da imobilização da força de trabalho necessária à reprodução das relações sociais próprias à *plantation*.

Comparando os modelos técnicos de desenvolvimento agrícola o convencional, que faz uso do aparato técnico-científico, a química agrícola, a mecânica agrícola e a biotecnologia, e o agroecológico que “vêem as pessoas como parte dos sistemas locais em desenvolvimento [...] sua organização social, conhecimento, tecnologias e valores (ALTIERI, 1989, p. 44) e, tomando emprestado de Santos seu discurso sobre o acontecer solidário, pode-

se afirmar que o modelo agroecológico é “um acontecer homólogo e complementar” e o modelo da agricultura convencional é “um acontecer hierárquico.”

No caso do acontecer homólogo e complementar [...] o território atual é marcado por um cotidiano compartilhado mediante regras que são localmente formuladas ou reformuladas. Neste caso, as informações utilizadas tendem a se generalizar horizontalmente. Quanto ao acontecer hierárquico, trata-se, ao contrário, de um cotidiano comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e é poder. No acontecer homólogo e no complementar, temos o domínio de forças localmente centrípetas, enquanto no acontecer hierárquico o domínio é de forças centrífugas (SANTOS, Milton, 1997, p. 133).

O modelo agroecológico é um movimento de resistência às invasões dos sistemas técnicos não apropriados ao subespaço ecológico. “Tais invasões, misturas e composições acabam por reduzir o número de sistemas técnicos. E a cada novo movimento, consagrando fusões, supressões e integrações, o estoque de sistemas de técnicas fica menor, [...]e se ampliam geograficamente, envolvendo um número crescente de sociedades e territórios” (*ibidem*, p. 153).

A (re) criação do espaço rural dos grupos sociais que formam o “campesinato” nos diferentes territórios rurais de Pernambuco, não só daqueles formados por grupos tradicionais da agricultura, também os que estão nos assentamentos de reforma agrária, passa a ser uma condição privilegiada para a observação dos movimentos sociais de adaptação a uma nova realidade rural. O estudo do lugar como ambiente natural das relações sociais em seus diversos níveis, quando estas ocorrem dentro da família e nas formas coletivas de convívio, desempenha um papel importante para entender o processo de desenvolvimento sob vários ângulos.

2.0 AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS DESAFIOS

Segundo Milton Santos “toda relação do homem com a natureza é portadora e produtora de técnicas que se foram enriquecendo, diversificando e avolumando ao longo do tempo” (SANTOS, 2001, p. 62). Nessa referência ao progresso técnico alcançado pela humanidade, o autor destaca que a sonhada globalização não foi o que dela esperava-se pois, antes de servir a toda humanidade, fortaleceu o sentimento individualista.

O mundo rural, assim como toda a sociedade foi influenciado pelo conjunto de mudanças na forma de fazer as coisas e nas técnicas. O discurso de Milton Santos sobre os efeitos da evolução da técnica e da ciência na sociedade ajuda na compreensão das transformações na sociedade como um todo e na análise que se pretende fazer do meio rural. Revela, entre outros aspectos da tecnociência, cujo uso é condicionado pelo mercado, que a utilidade das inovações foi global quando criou dependência das nações mais pobres e o aprofundamento da pobreza.

Diversas iniciativas das comunidades, em organizações no meio rural apontam para caminhos diferentes daqueles impostos pelo processo de globalização. Grupos sociais de agricultores e agricultoras familiares vão apresentando variadas formas de resistência, através do resgate cultural em suas manifestações populares, com a dança, música, culinária, medicina, artes, literatura, feiras e tantos outros símbolos que as identificam.

A maneira pela qual se dá a globalização, imprimindo uma unicidade de procedimentos, não é para sempre, nem impedirá o surgimento de um novo modelo de economia, sociedade e política baseado em uma vida coletiva solidária.

Com Kautsky⁹ (1980) em seu trabalho sobre a questão agrária na Europa, ainda no século dezenove, entendia que não se deve equacionar apenas o problema de saber se a pequena exploração tem ou não futuro na agricultura. Deve-se, ao contrário, pesquisar todas as transformações experimentadas por esta última no decurso do regime de produção capitalista, “se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas” (KAUTSKY, 1980, p. 28).

Um tema do qual trata, de grande interesse para os estudos de sociedades camponesas, é referente ao “camponês e a indústria, na Europa do século 19 o efeito mais visível do crescimento da relação de subordinação que se estabelece entre esta e o camponês. Ao trazer para a atualidade, a análise da relação entre agricultura e indústria, Abramovay afirma que “a incompatibilidade entre progresso técnico e produção familiar – tão decisiva no argumento de Kautsky – mostra-se hoje completamente abolida, se é que alguma vez existiu” (ABRAMOVAY, 1998, p. 47).

⁹ A obra de Kautsky foi escrita no século XIX.

2.1 OS ASSENTAMENTOS RURAIS, UMA NOVA RURALIDADE ?

No Brasil, durante muito tempo se negou a existência de uma camada camponesa: supunham os autores que, abolida a escravidão, durante a qual os escravos haviam desempenhado todos os trabalhos agrícolas, o trabalho assalariado ou então “uma servidão disfarçada” viera substituí-la nas empresas rurais do tipo capitalista. Na verdade, houve em todos os tempos um campesinato livre brasileiro, coexistindo tanto com as fazendas monocultoras, quanto com as fazendas de gado e tendo a seu cargo a produção para abastecimento dessas empresas e dos povoados (QUEIROZ, 1973, p. 26).

Uma reflexão sobre as referências acerca de “vida rural”, num período não muito distante da história do Brasil, é fundamental para perceber esse momento de reconstrução e consolidação da lógica camponesa nos assentamentos rurais e entre outros espaços. Em seu livro, O campesinato brasileiro, Maria Isaura Pereira de Queiroz tratando do sítio tradicional e da percepção do espaço (cap III) comenta: “O sítio brasileiro habita em suas terras; as casas de uma zona de sítios estão dispersas em torno de pequeno núcleo central, constituído por capela, vendinha, duas ou três habitações, que formam como que a capital de um grupo de vizinhança [...] trata-se de uma forma de povoamento muito antiga, que remonta aos primeiros tempos da colonização portuguesa”(QUEIROZ, 1973, p. 50).

Sabe-se que muita coisa mudou nas pequenas localidades rurais do Brasil. O avanço da tecnologia possibilitou processos cada vez mais rápidos de comunicação entre os grupos sociais, alterando, profundamente, o cotidiano das pessoas. A facilidade do transporte, e outras tecnologias influenciaram consideravelmente a paisagem rural. Provavelmente, povoados que antes eram pequenos, já viraram cidades mas o importante é entender que valores que caracterizam o modo de vida rural persistem. Sem associar essa vida rural ao

atraso tecnológico ou à baixa demografia do lugar, percebe-se que a tecnologia cria novos instrumentos, que contribuem para a mudança das escalas dos processos sociais mas não mudam as necessidades básicas intrínsecas ao modo de vida rural descrito por Maria Isaura Pereira de Queiroz, a seguir transcrito:

Os bairros rurais se organizam como grupos de vizinhança, cujas relações interpessoais são cimentadas pela grande necessidade de ajuda mútua, solucionada por práticas formais e informais, tradicionais ou não; pela participação coletiva em atividades lúdico-religiosas que constituem a expressão mais visível da solidariedade grupal; pela forma específica de ajustamento ao meio ecológico, através do trabalho da roça, executado pela família conjugal como unidade econômica e utilizando técnicas rudimentares; pelo exercício do comércio de parte dos gêneros obtidos com a lavoura ou com a criação, como um meio de permitir a aquisição de objetos e mercadorias fabricadas na cidade; pela interdependência visível entre o grupo de vizinhança e núcleos urbanos, locais e regionais, para os quais se dirigem os lavradores, seja para vender seus produtos e comprar mercadorias, seja em romarias religiosas, seja para tratar das poucas atividades administrativas e políticas que estão ao seu alcance (QUEIROZ, 1973, p. 195).

Duas questões reveladoras que enriquecem esse debate, para a compreensão da vida rural, são trazidas por Maria de Nazareth (1999b, p. 34) quando diz que “o campesinato, mesmo que tenha perdido a significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno. Podem-se identificar, portanto, em diversos países na atualidade, setores mais ou menos expressivos que funcionam e se reproduzem sobre a base de uma tradição camponesa”.

A outra é o que chamou de herança do passado e, no seu dizer, “o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional. No entanto,

parece-me importante sublinhar que esses ‘novos personagens’, ou pelo menos uma parte significativa dessa categoria social, quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, são também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade (*ibidem*, p. 36-37).

Mesmo existindo correntes de pensadores que optaram, em seus argumentos, pela possível extinção dessa sociedade campesina, às vezes dando um tratamento secundário a questão, Godoi (1999, p. 27) faz uma crítica aos mesmos e diz que, “tomaram a questão, [...] pelas extremidades e esqueceram o meio, isto é, as práticas, aquilo que torna possível que tal sociedade, ou que tal modo de vida se objective, de modo particular, no que denominamos camponês”.

Parece ser necessário colocar as coisas nos seus lugares, dirimindo as dúvidas sobre o que acredita-se como verdade, é Maria de Nazarert (WANDERLEY, 2000a, p. 88) que traduz parte dessas incertezas em verdades quando diz que, “o rural é um modo particular de utilização do espaço e de vida social. [...] lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural) e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade”.

Enxergar nos assentamentos rurais a reconstrução da vida rural é, antes de tudo, não ser preconceituoso, é aceitar a existência do rural como espaço de vida e de trabalho, admitindo-se que, aqueles que lá vivem podem e devem fazer uso das inovações nos processos de trabalho (e modernização) da sociedade sem perderem o modo de vida rural que os caracteriza.

Nosso olhar sobre os assentamentos não deve ser como observadores de algo estático, seguindo critérios pré-estabelecidos, cronologicamente definidos no tempo e no espaço, onde a produção social da vida rural tem hora e dia marcados para acontecer. As pessoas que vivem nos assentamentos, estão sim, produzindo relações sociais num espaço rural influenciado pelo conjunto de mudanças que ocorrem na sociedade global. As transformações mais recentes do meio rural são o resultado de fatores externos e internos. No primeiro caso, trata-se dos efeitos das novas relações econômicas e políticas, dominantes em um mundo cada vez mais internacionalizado, sobre as formas de funcionamento e de regulação da produção agrícola e de valorização do meio rural (WANDERLEY, 2000a).

2.2 OS DESAFIOS PARA A TRANSFORMAÇÃO DO MODELO TECNOLÓGICO

A julgar pelo título deste subcapítulo pode-se ser levado a crer na existência de um “pacote” de tecnologias que vem sendo utilizadas na agricultura familiar, e o mesmo deva ser substituído. Antes, no entanto, precisa-se refletir sobre os diferentes estágios de uso das técnicas por grupos sociais da agricultura familiar em variados locais.

Numa breve comparação entre os níveis tecnológicos experimentados na agricultura familiar, pode-se até, garantir que mesmo grupos mais tradicionais, utilizam práticas agrícolas, ainda, consideradas remotas ou antiquadas para o tempo presente. Ao contrário, é também possível, grupos tradicionais terem já adquirido grande experiência com o uso de técnicas agrícolas modernas. Da mesma forma, agricultores de assentamentos rurais da reforma agrária podem apresentar, ou não, experiência no tocante às práticas de produção agrícola ditas modernas.

Na verdade, precisa-se entender quais são os fatores, que levam grupos da agricultura familiar, à aceitação ou negação de modelos agroecológicos e como essa decisão influencia as

mudanças no seio desses grupos sociais e seus novos enfrentamentos com o mercado globalizado. Não se esquecer a grande influência que exerceram, e ainda exercem, os princípios da Revolução Verde sobre agricultores familiares, na medida em que, ao decidir usar essas técnicas e seus insumos, quais sejam, sementes (melhoradas geneticamente pelo homem), fertilizantes químicos, agrotóxicos e máquinas, esse grupo social adere ao processo de modernização da agricultura brasileira.

Nesse intento caberá à agroecologia torna-se alternativa de um sistema produtivo com sustentabilidade, “ com isso, fica evidenciado que a agroecologia rima com rompimento dos laços [...] da subalternidade e da submissão aos padrões tecnológicos correntes [...] remete, portanto, a uma outra cultura que se caracterizará como crítica e alternativa à ênfase do domínio e destruição da natureza pelo homem” (RUSCHEINSKY, 2002, p.129). Segundo esse autor, é urgente que os grupos sociais da agricultura familiar assumam a dianteira na construção de um novo paradigma, um modelo produtivo na lógica da sustentabilidade.

Há uma relação estreita entre as dificuldades e desafios de povos em condições de pobreza e os problemas ambientais, tornando-se necessário um processo de resgate dos conhecimentos que ficaram para trás, dos grupos indígenas, afro-descendentes, camponeses , restaurando as formas de utilizar o solo, plantas e animais e fazendo o uso das práticas que guardavam conceitos de conservação da ecologia. Como diz Claxton (1994 *apud* ARXER, 2002, p .99): “o desenvolvimento de novas tecnologias está vinculado as necessidades evolutivas da sociedade, [...] e a aplicação de soluções diferentes e novas aos problemas práticos existentes a partir da capacidade criadora da sociedade e de seus conhecimentos e experiências particulares.(1994 *apud* ARXER, 2002 , p. 99).

Quais os motivos para os agricultores e agricultoras familiares mudarem o padrão de execução das atividades agrícolas? Parecem ser de natureza bastante variada, indo desde a preocupação com o meio ambiente aos motivos de ordem social e econômica (CASADO; MIELGO, 2000). Porém os agricultores familiares necessitam aprofundar a crítica sobre os sistemas agrícolas, e optarem por um sistema de produção agrícola sustentável, principalmente do ponto de vista ambiental, não devem transformar o novo modelo tecnológico numa mera troca de insumos agrícolas industrializados por insumos de origem natural. É preciso mudar toda a visão sobre o uso dos recursos do meio ambiente, incluindo ele próprio, o ator social, o agricultor familiar. “O principal desafio [...] é transformar os princípios ecológicos em um sistema alternativo que seja prático e satisfaça necessidades específicas de comunidades agrícolas em diferentes regiões ecológicas do mundo” (ALTIERI; NICHOLLS, 2003, p. 147).

As transformações no campo não estão condicionadas somente à mudança no padrão tecnológico para um modelo de produção que priorize as agriculturas diversificadas. Precisam de mudanças nas estruturas de poder, principalmente aprofundando a discussão sobre o sistema fundiário e apoiando os projetos sociais de reforma agrária. “A implementação de uma agricultura diversificada, só será possível como parte de um amplo programa que inclua, entre outras estratégias, a reforma agrária [...].Unicamente com a introdução de desenhos agrícolas alternativos muito pouco se fará. (ALTIERI; NICHOLLS, 2000, p.123, tradução nossa¹⁰).

Promover mudanças no jeito de fazer as coisas implica na revisão dos próprios conceitos de vida, nas relações sociais, econômicas, culturais e,

¹⁰ “La implementación de una agricultura diversificada, sólo será posible como parte de un amplio programa que incluya, entre otras estrategias, la reforma agraria [...]. Unicamente con la introducción de diseños agrícolas alternativos muy poco se hará por cambiar las fuerzas que promueven el monocultivo, la expansión del tamaño de las fincas y la mecanización.”

principalmente, no uso que se faz da natureza. Está-se imersos no campo da sustentabilidade, num cenário de crise do modelo produtivo mundial, que abre espaço para a reflexão de um novo caminho a ser trilhado pela humanidade (LEFF, 2001). Entretanto, é necessário estar alerta caso “ o discurso da sustentabilidade se mova como um bumerangue, degolando e engolindo o ambiente como conceito que orienta a construção de uma nova racionalidade social [...] como elemento diferenciado do capital globalizado e da ecologia generalizada” (LEFF, 2001, p. 156, tradução nossa¹¹).

2.3 AGROFLORESTA, UMA POSSIBILIDADE

Um dos grandes desafios da agricultura familiar é o de não repetir os mesmos erros da agricultura das grandes lavouras, ou seja, da monocultura. Os órgãos oficiais (empresas de assistência técnica e centros de pesquisa) e empresas produtoras de insumos agrícolas foram unânimes na adoção das tecnologias agrícolas “modernas”, porém provocadoras de grande impacto sobre o meio ambiente, o que influenciou os mais diversos grupos sociais na agricultura. Os equipamentos agrícolas, os fertilizantes, as sementes melhoradas as técnicas de cultivo e de irrigação foram, entre outras, novidades no campo que passaram a seduzir agricultores de partes variadas, aqueles que podiam ter acesso e os com menos recursos.

Existe uma demanda crescente por alimentos, principalmente nos países em desenvolvimento, onde cerca de 700 milhões de pessoas não se alimentam adequadamente. Qual o caminho para continuar produzindo sem a destruição do meio ambiente? Paarlberg (2002), defende a necessidade de mais atenção à geografia e à política onde, em função da

¹¹“El discurso de la sustentabiidad se vuelve como un bumerán, degollando y engullendo al ambiente como concepto que orienta la construcción de una nueva racionalidad social [...]como elemento diferenciado del capital globalizado y la ecología generalizada”.

região à qual se refere, concorda com os que defendem o maior uso de insumos modernos na agricultura. Em outras, porém, nem os defensores do ambiente e da agricultura estão certos, pois a escolha certa das técnicas apropriadas exigirá uma maior relação entre a política e as questões sociais. Em países onde é necessário aumentar a produção de alimentos sem um maior impacto ambiental, através da ampliação da área agrícola, o uso de insumos agrícolas modernos foi utilizado como estratégia, como ocorreu na Índia:

Ao fazer uso de sementes altamente melhoradas, mais fertilizante, e maior irrigação, a Índia foi capaz de duplicar sua produção total de trigo entre 1964/65 e 1970/71. Isto não só ajudou a Índia a evitar a fome, como também ajudou a proteger seu ambiente rural. Se a Índia houvesse tentado usar as técnicas tradicionais de baixo rendimento para garantir o mesmo ganho em produção de trigo, haveria de incorporar uns 36 milhões de hectares de terra para cultivo, do que havia resultado um maior desmatamento, a destruição substancial de habitats e a erosão dos solos (PAARLBERG, 2002, p. 130-131, tradução nossa¹²).

Porém o mesmo Paarlberg (2002) admite os graves problemas advindos do uso de fertilizantes de forma intensiva e do alto consumo de água na irrigação. Faz referência ao exemplo de Taiwan e Coreia, onde considera que :

a mudança anterior para uma agricultura de altos rendimentos nestes países ajudou a aliviar uma primeira geração de problemas nos ambientes rurais — erosão do solo, corte de árvores e destruição de habitats — sem dúvida, a agricultura agora está associada com uma perigosa ‘segunda geração’ de problemas, incluindo o excessivo uso de água e fertilizantes, o inadequado manejo de nutrientes e de desperdícios animais, a perda da biodiversidade e a excessiva dependência de pesticidas (PAARLBERG, 2002, p. 131 , tradução nossa¹³).

¹² “Al cambiarse a semillas altamente mejoradas, más uso de fertilizante, y mayor irrigación, la India fue capaz de duplicar su producción total de trigo entre 1964/65 y 1970/71. Esto no sólo le ayudó a la India a evitar la hambruna, sino que también le ayudó a proteger su ambiente rural. Si la India hubiera intentado usar lastécnicas tradicionales de bajo rendimiento para garantizar la misma ganancia en la producción de trigo, hubiera tenido que incorporar unas 36 millones de hectáreas de tierra para cultivo, lo cual hubiera resultado en una mayor deforestación, en la destrucción substancial de habitats y en la erosión de los suelos”

¹³ “Un cambio anterior a la agricultura de altos rendimientos en estos países ayudó a aliviar una primera generación de problemas ambientales rurales—erosión del suelo, tala de árboles y destrucción de habitats—sin embargo, la agricultura ahora está asociada con una peligrosa “segunda generación” de problemas, incluyendo el

Na esteira dessa discussão existe uma série de propostas para implantar sistemas produtivos na agricultura, de forma sustentável. Uma delas é a agrofloresta, que apresenta-se como um modelo de produção sócio-econômico e ambientalmente adequado ao perfil da Agroecologia. Sua tendência é a busca da diversificação , não simplesmente uma diversificação para atender as demandas do mercado, mas em função do forte argumento ecológico que se traduz em sua prática. Esta, torna-se uma estratégia de conservação dos recursos naturais na unidade produtiva agrícola, pois requer das pessoas, na relação homem e natureza um conjunto de regras que fortaleçam a recuperação das áreas exploradas, ou seja, paralelo e simultaneamente à produção de alimentos e outras matérias primas , têm em seus princípios exigências relativas à recuperação ambiental das áreas exploradas para a produção agrícola, dá ênfase ao uso sustentável.

Na agricultura familiar, essa estratégia de preservar os recursos naturais é inerente a sua própria sobrevivência. Mesmo não ocorrendo, atualmente, uma generalização desse comportamento entre os grupos sociais de agricultores e agricultoras familiares, crê-se ser este um caminho a ser trilhado na condução de propriedades rurais familiares, logicamente não sendo o único caminho a ser escolhido.

A possibilidade de fazer uso dos recursos naturais disponíveis na unidade de produção familiar, dispensando os insumos externos, contribui para a garantia de uma maior autonomia alimentar e econômica dos agricultores e agricultoras familiares. A idéia de ter, na mesma área, plantas alimentícias, medicinais, forrageiras e fornecedoras de matéria prima fortalece os princípios da sustentabilidade (ARMANDO, 2002). “As tecnologias agroflorestais são

excesivo uso de agua y de fertilizante, el inadecuado manejo de nutrientes y de desperdicios animales, la pérdida de biodiversidad y la excesiva dependencia de pesticidas”.

ferramentas promissoras dentro deste enfoque para melhorar o bem estar da população rural e a conservação de sua base de recursos” (KRISHNAMURTHY; ÁVILA, 1999, p. 15, tradução nossa¹⁴).

Os agrônomos, engenheiros florestais, ecólogos e sociólogos que tomaram interesse ativo em desenvolver novas tecnologias agrícolas baseadas nas árvores, se deram conta de que a agrofloresta, já estava presente em todas as partes. Os agricultores estavam, e sempre haviam estado, usando árvores e arbustos para muitos propósitos em suas propriedades e terras de pastoreio (KRISHNAMURTHY; ÁVILA, 1999, p. 20, tradução nossa¹⁵)

Existe uma tradição mundial no cultivo de árvores, não só frutíferas, como as fornecedoras de energia e sua combinação com outras atividades agrícolas e seus diversos usos desempenha um importante papel sócio-econômico. “Os especialistas em agricultura e desenvolvimento rural ao redor do mundo reconhecem que a Agrofloresta é uma das opções mais promissoras para desenvolver opções produtivas, [...] especialmente em ambientes tropicais” (ÁVILA, 1999, p. 243, tradução nossa¹⁶). Nessa ótica acredita-se ser a Agrofloresta uma alternativa extremamente interessante para a agricultura familiar, como mencionado anteriormente, e também, nos assentamentos rurais por suas características agroecológicas, pois geralmente são áreas agrícolas que apresentam processos de degradação ambiental visível.

Entre os diversos papéis assumidos (ou sugeridos) para a Agrofloresta pode-se destacar, segundo Ávila (1999, p. 244 - 245), os seguintes:

¹⁴ “las tecnologías agroforestales son herramientas promisorias dentro de este enfoque para mejorar el bienestar de la población rural y la conservación de su base de recursos”.

¹⁵ “los agrônomos, forestales, ecólogos y sociólogos que tomaron un interés activo para desarrollar nuevas tecnologías agrícolas basadas en los árboles, se dieron cuenta de que la agroforestería, ya estaba presente en todas partes. Los agricultores estaban, y siempre han estado, usando árboles y arbustos para una multitud de propósitos en sus fincas y tierras de pastoreo”.

¹⁶ “los expertos en agricultura y desarrollo rural alrededor del mundo reconocen que la agroforestería es una de las opciones más prometedoras para desarrollar opciones productivas, [...] especialmente en ambientes tropicales”.

1. A agrofloresta pode ajudar a dar uma solução às restrições biofísicas graves e a vulnerabilidade das populações humanas [...] nos sistemas de uso da terra/agroecossistemas dominantes no presente ;
2. O impacto potencial da agrofloresta, em termos de viabilidade socioeconômica na sustentabilidade financeira, é maior que outros sistemas, comparados ao uso da terra para regiões degradadas e de baixo potencial;
3. A incorporação de árvores frutíferas e de alimentos em sistemas agrícolas pode melhorar significativamente a segurança alimentar e nutricional para as populações rurais e semi-rurais;
4. Se a agrofloresta pode gerar produções valiosas na mesma unidade de terra, usar os insumos externos mais eficientemente [...] e ocupar a mão-de-obra da família em atividades complementares, os sistemas agrícolas podem ser [...] mais atrativos para o capital investido;
5. A agrofloresta pode deter o desmatamento e a expansão da fronteira agrícola [...] conserva mais seus recursos naturais e assegura um meio ambiente limpo e saudável em âmbito nacional e global;
6. A agroforesta é uma estratégia efetiva através do tempo para a diversificação e intensificação agrícola, sempre como uma prioridade [...] ao alcance de qualquer pequeno agricultor ou proprietário de recursos limitados (tradução nossa¹⁷).

Os sistemas Agroflorestais, surgem, ou pelo menos deveriam ser originados da organização dos grupos sociais da agricultura familiar. A escolha da tecnologia vai estar relacionada com as condições ecológicas do lugar e também vinculados às condições do território e de seu cotidiano. Essa escolha é uma resposta às dificuldades sociais, econômicas, culturais e ambientais dos grupos. É possível, então, construir, nesse momento, uma rede solidária, na qual os grupos sociais e as pessoas percebem traços comuns, entre objetivos, práticas, mercados, produtos na busca de fortalecer os elos que os unem.

¹⁷ 1. La agroforestería puede ayudar a darle una solución a las restricciones biofísicas clave y a vulnerabilidad de las poblaciones humanas [...] en los sistemas de uso de la tierra/agrosistemas dominantes en el presente ; 2. El impacto potencial de la agroforestería, en términos de viabilidad socioeconómica y la sostenibilidad financiera, es mayor que otros sistemas comparables del uso de la tierra para regiones degradadas o de bajo potencial; 3. La incorporación de árboles frutales y de alimentos en los sistemas agrícolas puede mejorar significativamente la seguridad alimentaria y nutricional para las poblaciones rurales y semirurales; 4. Si la agroforestería puede generar producciones valiosas de la misma unidad de tierra, usar los insumos externos más eficientemente [...] y ocupar la mano de obra de la familia en actividades complementarias, los sistemas agrícolas pueden hacerse [...] más atractivos para el capital de inversión; 5. La agroforestería puede detener la deforestación y a la expansión de la frontera agrícola [...] conserva más sus recursos naturales y asegura un medio ambiente limpio y saludable en el ámbito nacional y global; 6. La agroforestería es una estrategia efectiva al través del tiempo para la diversificación e intensificación agrícola, siempre como una prioridad [...] del alcance de cualquier pequeño agricultor o propietario de recursos limitados.

3.0 UM DESENHO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE BOM JARDIM-PE

Neste capítulo tenta-se aplicar a discussão sobre o desenvolvimento rural e agroecológico a uma realidade do Nordeste brasileiro, no Agreste de Pernambuco, mais precisamente à experiência dos agricultores e agricultoras agroflorestais em Bom Jardim.

3.1 O AGRESTE: UMA REGIÃO DE TRANSIÇÃO

O Agreste no qual concentrou-se o presente estudo foi o Agreste Setentrional¹⁸. Dos idos do século XVII até os dias atuais muita coisa mudou, todo o arranjo da economia do Agreste foi modificado. Atualmente a economia dessa mesorregião é marcada fortemente pela produção de confecções e artefatos de tecido e de mobiliário. A população economicamente ativa é de 192.220 habitantes, dos quais 173.420 estão ocupados nos setores produtivos: agropecuária (38,6%), indústria de transformação (19,45), comércio e serviços (13,2%), construção civil (5,1%) e educação (4%). Os demais 19,7% estão distribuídos em outros setores produtivos como administração pública, transporte e armazenagem, alojamento e alimentação, atividades financeiras e imobiliárias, serviços domésticos, entre outros (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, 2003).

É o Agreste de Pernambuco (figura 01) uma região de transição entre a Mata e o Sertão¹⁹ pernambucanos, como bem diz o Prof. Manuel Correia de Andrade, ao referir-se a essa posição “entre uma área e outra se firma uma zona de transição, com trechos quase tão úmidos como o da Mata e outros tão secos como o do Sertão, alternando-se constantemente

¹⁸ Agreste Setentrional é formado por 19 municípios, entre os quais Bom Jardim.

¹⁹ Pernambuco é dividido em três regiões: Mata, Agreste e Sertão. Além disso, visando à gestão político-administrativa o governo estadual estabeleceu uma sub-divisão do Estado em dez regiões de desenvolvimento, a saber: Metropolitana, Mata Sul, Mata Norte, Agreste Central, Agreste Meridional, Agreste Setentrional, Moxotó, Pajeú, Sertão Central, Itaparica, São Francisco, Araripe.

[...] que o povo chamou de Agreste” (ANDRADE, 1998, p. 25). Assemelhando-se com a Mata e o Sertão, ou seja, apresentando, nas áreas mais úmidas, característica fitogeográfica de Mata e nas áreas secas, de Sertão, um caso típico é o município de Bom Jardim, primitivamente coberto pela Mata Atlântica. Diferente da Mata, no Agreste, predomina a diversificação de culturas agrícolas, produção orientada mais para o consumo interno, sendo, na Mata, predominante a monocultura da cana-de-açúcar (ANDRADE, 1998).

AGRESTE



Fonte: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, 2006.

Contribuindo com essa discussão Melo (1980, p. 32) acrescenta:

Da posição geográfica referida, sabemos resultarem condições climáticas de caráter intermediário, entre as tropicais úmidas da estreita faixa oriental atlântica e as tropicais semi-áridas dos muito amplos espaços sertanejos, que se estendem para os lados do poente. Do lado oriental, a transição está assinalada, com maior freqüência, pelas isoietas de 900 a 1.000 mm, enquanto, ao lado ocidental, as diferenciações se registram não apenas em função das cotas pluviométricas mas também, e acentuadamente, pela conjugação de uma pluviosidade mais baixa com o elevado grau de irregularidade do regime de chuvas. Além disso, em confronto com as áreas sertanejas, caracterizam-se, de um modo geral, os espaços agrestinos: (i) quanto ao relevo, pela presença menor de áreas de pediplanos secos bem como de formas residuais rochosas; (ii) quanto à hidrografia, por um regime intermitente menos acentuado; (iii) quanto aos recursos edáficos, pela presença mais freqüente de áreas de solos menos pedregosos e, conseqüentemente, mais suscetíveis de aproveitamento pela lavoura; (iv) quanto ao manto florístico, pela predominância dos tipos hipoxerófitos de caatinga, sendo bem menores as áreas de hiperxerofilismo.

Andrade (1998) afirma que, já no século XVII, com a população do Agreste aumentada e a atividade pecuária incapaz de abrigar a mão-de-obra disponível, os índios foram retirados dos brejos de altitude dando lugar aos refugiados das sucessivas secas, que passaram a exercer o extrativismo e a agricultura nos brejos úmidos. Acrescenta que esse fato possibilitou a concentração de grupos sociais voltados para a prática de uma agricultura diversificada, além de utilizar o cultivo da cana-de-açúcar para produção de rapadura e aguardente, promovendo a formação de “pequenas” vilas. E, curiosamente, é entre as áreas de brejo das freguesias de Cimbres, Garanhuns e Bom Jardim que concentravam-se na época (1774), as maiores populações, sendo a de Bom Jardim a mais populosa.

É quase impossível tentar falar do Nordeste e dos agrestes sem tomar uma das fontes os ensinamentos do Prof. Manuel Correia de Andrade, embora sua obra mais lida

seja uma síntese do Nordeste. É, portanto, nessa obra de síntese que se começa a entender o Agreste e, dentro dele, Bom Jardim.

Um aspecto interessante retratado em seu trabalho refere-se ao uso da terra, no Agreste descrito por ele como a terra dos “pequenos sítios em brejos” dentre os quais figura Bom Jardim, com características bastante peculiares do Agreste, conforme se observa posteriormente nos contatos feitos com agricultores e agricultoras agrofloretais do município. Esse traço do agreste que aparece com destaque na obra do Prof Manuel quando afirma que: “ a primeira realidade com que se depara o estudioso dos problemas agrários do Agreste é a importância que tem nesta região o pequeno imóvel, ao contrário do que ocorre na região da Mata e no Sertão” (ANDRADE, 1998, p. 152), também aparece na fala do agricultor²⁰ da área de estudo quando diz: “Eu tenho um Sítio, não é meu é da minha avó, Eu moro nele faz dezessete anos, tomo conta desse Sítio”. E o tamanho? Pergunto. E ele responde: “dois quadros e meio, que é mais de dois hectares” (informação obtida em pesquisa de campo realizada em março de 2005).

Um outro elemento mencionado por aquele autor diz respeito ao sistema agrícola adotado pelos pequenos imóveis, nos quais “ há verdadeira promiscuidade vegetal no uso da terra, desde que o proprietário, dispondo de pequena área, procura aproveitá-la ao máximo, embora o rendimento seja insignificante” (ANDRADE, 1998, p. 153). A impressão que se tem na leitura da passagem anterior, é de que a mesma revela uma pré-condição cultural, dos agricultores e as agricultoras de Bom Jardim em adotarem o sistema

²⁰ Informação de agricultor familiar de Bom Jardim.

agroflorestal como prática agrícola, na medida em que a “promiscuidade vegetal”²¹ é vista agora como estratégia de uma agricultura sustentável.

3.2 O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM

O município de Bom Jardim localiza-se no Agreste Setentrional do Estado na microrregião Médio Capibaribe. Possui uma população de 37.013 hab. , sendo na zona urbana 13.033 hab. e zona rural 23.980 hab.(IBGE, 2000). Sua área é 223 km² e dista 107 km do Recife, capital do Estado de Pernambuco. Tem como limites os municípios de Orobó e Machados, ao norte, João Alfredo, ao sul, Vicência e Limoeiro a leste e Surubim e Casinhas a oeste. A ligação com Recife se dá pelas rodovias PE-38, PE-90 e BR-408. Reside na agropecuária sua principal atividade econômica tendo como destaques cana-de-açúcar, abacaxi, laranja, manga, milho em grão, tomate, feijão em grão, limão, banana, fava em grão e batata-doce. É considerando área de brejo pelas características climáticas apresentadas.

Essa aptidão natural das áreas de brejo para as práticas agrícolas diversificadas decorre, principalmente de sua característica climática com maiores índices de pluviosidade, que as diferencia do restante do Agreste com precipitação anual superior a 1.100 mm (MELO, 1980), Bom Jardim apresenta condição de espaço subúmido, o que favorece, até certo ponto, o desenvolvimento das práticas agroflorestais. Segundo Melo (1980):

²¹ Segundo Pedro Celso Luft, no Minidicionário da Língua Portuguesa, **promíscuo**(adj.): misturado sem ordem, contra as regras ou conveniências. **Promiscuidade** (s f)

bem se percebe esse fato nos espaços subúmidos que também se podem designar como brejos, em ambas as suas manifestações: (i) a representada por uma faixa estreita e de transição com a região canavieira e (ii) a expressa em manchas isoladas ou de climas locais. Em ambos os casos, a maior pluviosidade, embora de gênese diversa, gera um quadro natural assemelhado ao da zona úmida oriental ou da mata, com solos profundos, vegetação florestal, hidrografia permanente, mas onde, em vez da monocultura canavieira, o sistema de uso da terra apresenta-se diversificado. Ao lado das culturas tradicionais do milho, do feijão e da mandioca, aparecem: (i) a cultura permanente do café; (ii) culturas permanentes do domínio da fruticultura, à frente a da banana, mas representadas também pela manga, pela pinha, pela jaca, pelo abacate, pelo caju, pela laranja; a horticultura. (MELO, 1980, p. 175-176).

Bom Jardim apresentava no passado uma paisagem florística formada por matas, mas ao longo dos anos e com a intensificação das atividades agrícolas estas sofreram sucessivos processos de derrubada para dar lugar às culturas agrícolas de café, algodão, laranja, banana, cana-de-açúcar, e às lavouras temporárias de subsistência, como milho, feijão, mandioca e outros cultivos, além da pastagem para a alimentação animal. O uso intensivo do solo agrícola levou ao desaparecimento das matas primárias, restando pequenas manchas de matas secundárias, denominadas de capoeiras, predominando nas áreas mais úmidas do município (SANTOS, 2000).

A presença da cana-de-açúcar nos espaços rurais de Pernambuco, quando não se dá pela sua utilização direta em cultivos, ocorre pela influência da sua cadeia produtiva na sócio-economia regional e pelas questões culturais e ambientais provocadas pela mesma.

Os agricultores agroflorestais utilizam a cana-de-açúcar como uma cultura integrante do conjunto de espécies vegetais adotadas na ocupação do solo agrícola, sem que a mesma desempenhe a finalidade comercial tradicionalmente atribuída a esse cultivo. Embora na experiência agroflorestal de Bom Jardim, a cana-de-açúcar seja apenas mais uma das possibilidades de melhorar a renda da família, não se pode negar a influência do conjunto de fatores vinculados a cultura canavieira na sucessão dos fatos históricos que determinaram, até certo ponto, a opção, dos agricultores e agricultoras de Bom Jardim por uma agricultura diversificada.

Diversos trabalhos científicos, ao tratarem do processo de ocupação do litoral de Pernambuco pela monocultura da cana-de-açúcar, apontam o papel dessa ocupação na diminuição dos espaços para o cultivo de espécies vegetais de uso mais direto na alimentação, já que a cana sempre foi utilizada na produção de açúcar para exportação. Melo (1980) lembra bem a importância dos espaços agrestinos e os brejos principalmente para a produção de alimentos, quando faz referência ao fato de que a “monocultura canavieira da faixa atlântica afastou para terras agrestinas a função de abastecer o Recife e sua região metropolitana” (MELO, 1980, p. 174).

A influência da cana-de-açúcar não se limita ao fato de tornar o Agreste um importante fornecedor de alimentos para as regiões mais populosas de Pernambuco, como mencionado anteriormente. Antes, motivou um conjunto de relações sócio-econômicas decisivas para o Nordeste Brasileiro e, particularmente, Pernambuco e suas mesorregiões, entre elas o Agreste, assim como diz Dabat (2003):

A concentração fundiária e a monocultura da cana-de-açúcar foram vistas como um binômio dominando a região em virtude de exigências ‘óbvias’ que se justificariam reciprocamente na visão do determinismo geográfico, muitas vezes aludido, senão explicitamente invocado por grande parte dos autores. A predominância absoluta das terras ocupadas pelos canaviais em relação às culturas alimentícias sempre chamara a atenção dos visitantes. Josué de Castro já estabelecera o contraste com as ‘*benditas manchas salavadoras da monotonia alimentar da região*’, a respeito da prática agrícola dos quilombos. A monocultura causou um déficit crônico em produtos alimentícios na região, cuja taxa permaneceu curiosamente constante no decorrer dos séculos, sendo estimada em 70% das necessidades básicas. Os viajantes se surpreendiam que faltassem alimentos numa região das mais bem dotadas para produzi-los em termos de solo, de clima, de pluviosidade etc. Circunstâncias semelhantes permitiam, sob outras longitudes, várias safras de alimentos básicos ao ano. No entanto, uma das asserções melhor divulgadas pelos plantadores, e repetida em todos os setores sociais, era que a região da Zona da Mata teria uma ‘vocação natural’ inquestionável para a cultura da cana-de-açúcar; em consequência, isto justificaria a monocultura e, sub-repticiamente, a concentração fundiária e suas mazelas (DABAT, 2003, p. 71-72,

Mesmo sem a intenção de atribuir à cana-de-açúcar o papel de centro gerador da produção social no meio rural em Bom Jardim, e mesmo da forma resumida com se que abordou a questão canavieira no seu espaço rural, pode-se inferir, com base no argumento anterior que a *plantation* da cana-de-açúcar foi importante para delinear o caminho construído pelos agricultores familiares nos Brejos de Bom Jardim.

Em Bom Jardim, a cana-de-açúcar sempre ocupou seu espaço e está associada às diversas estratégias adotadas pelos agricultores na composição da renda de suas propriedades. É Doris Rinaldi Meyer em seu “Estudo de uma comunidade rural nordestina” que trata de questões sobre o uso da lavoura canavieira em substituição as lavouras temporárias quando diz que:

A expansão da plantação de cana se dá, por um lado, através de relações de vizinhança, com trocas de sementes e demonstrações a respeito das

‘vantagens da cana’, fazendo com que alguns pequenos produtores se interessem em cultivá-la, desde que tenham condições econômicas para tal. Por outro lado, a própria política oficial de financiamentos incentiva o cultivo de cana em detrimento das chamadas ‘lavouras de subsistência’ [...]. Assim, o cultivo de cana-de-açúcar passou a compor com a chamada *lavoura branca* o conjunto de plantações do pequeno produtor, avançando, em alguns casos mais do que em outros, sobre as terras antes destinadas a outras lavouras (MEYER, 1979, p. 100-101)

Maciel (1993) em seu estudo sobre a “Reordenação espacial nas terras altas da transição Agreste/Mata do Norte de Pernambuco” discute, de forma aprofundada, o papel da lavoura canavieira na organização espacial do Agreste e, entre outras constatações afirma:

Já ficou dito que, em contraste com o Sul do atual estado de Pernambuco - domínio inequívoco da cana-de-açúcar – a Zona da Mata Norte e as Terras Altas em maior grau foram ocupadas por inúmeros tipos de agricultores : senhores de engenho, lavradores de cana mais ou menos capitalizados, plantadores de algodão, além de criadores de gados e de inúmeros foreiros e moradores que cultivavam produtos de subsistência. Isto nada mais representa que uma participação maior da ‘economia acessória’ no contexto da nova área de expansão do povoamento no século XVIII, quando o açúcar brasileiro sofria séria concorrência de outros mercados produtores e enfrentava uma fase de recessão. Entretanto, não se pode dizer que a cana-de-açúcar tenha deixado de representar o pano de fundo da organização espacial das terras limítrofes da Mata Seca e das zonas de contato com o Agreste e o Brejo de São Vicente, a despeito do estabelecimento de um padrão de ocupação muito próprio e distintivo destas paisagens em comparação com a monotonia de outras áreas em que as grandes plantações se desenvolvem (MACIEL, 1993, p. 113-114).

Por outro lado observa-se que, a expansão da lavoura da cana-de-açúcar em Pernambuco e, sua penetração no Agreste, não foi suficiente para mudar a estrutura fundiária típica nos brejos, como é o caso de Bom Jardim, em que os estabelecimentos rurais (2.383), com até 10ha representam 81,03% (IBGE, 1996).

3.3 O TERRITÓRIO DOS AGRICULTORES FAMILIARES AGROFLORESTAIS

O território é onde os agricultores e agricultoras familiares produzem socialmente seus alimentos, fazem suas criações, constroem habitações, formam suas culturas e agriculturas. “A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas” (ANDRADE, 2004, p. 20). Adotando princípios ecológicos, os agricultores e agricultoras estudadas organizam formas de uso do meio ambiente com a coerência que lhe faltou num passado recente, coerência encontrada no sistema agroflorestal, ausente, ainda hoje, nos inúmeros grupos de agricultores da mesma região Agreste. Talvez estivesse no imaginário dos agricultores e agricultoras resgatar essa compreensão de sua relação com o meio, a de serem eles e elas parte do meio, pois, ao praticarem agriculturas que incorporam princípios ecológicos do papel do ser humano no processo produtivo, se permitem revelar aspectos fundamentais de suas próprias existências, pois, como diz Castro (1997), “desvendar o imaginário significa, pois, revelar o substrato simbólico das ações concretas dos atores sociais, tanto no tempo como no espaço” (p. 167).

Existe, em Bom Jardim, uma forma de exploração da agricultura familiar associado às pequenas propriedades que promovem a diversificação com base na produção vegetal e animal, fazendo uso de lavouras temporárias e permanentes e do criatório de pequenos e grandes animais. Nas áreas mais secas, predomina a criação de animais e nas áreas mais úmidas, os cultivos para o mercado (SANTOS, 2000).

Habermeier (1992, *apud* SANTOS, 2000) adota a seguinte classificação para os sistemas de produção em Bom Jardim:

O quintal compreende o espaço em torno da casa. Nele são encontrados fruteiras, plantas medicinais, verduras (horta caseira) e criatório de aves e outros animais. É o espaço privilegiado da mulher; o roçado é o local consagrado à produção de milho, feijão e mandioca, inhame e outras culturas alimentares. A produção destina-se ao consumo da casa e eventualmente à comercialização; a pecuária é a criação em pequena escala: um a seis animais. É praticada amplamente no município; a horticultura é praticada na parte central do município e em algumas partes do brejo, onde se cultiva tomate, pimentão, feijão vagem, couve, maxixe e pepino com finalidade comercial; a fruticultura é a produção, principalmente, da banana e do abacaxi, em escala comercial, está concentrada na área de brejo. Destina-se prioritariamente ao mercado; a capoeira é uma área de reserva com alguma vegetação nativa. É pouco valorizada pelo produtor, mesmo sendo uma fonte de lenha, madeira e de ração para animais (HABERMEIER, 1992 *apud* SANTOS, 2000, p. 64-65)

Na construção ou delimitação do seu território, os agricultores e agricultoras agroflorestais utilizam o conjunto de aquisições históricas da vida coletiva de cada grupo agricultor, que tem seu peso para a continuidade dessa mesma vida coletiva, utilizando, assim, novas formas de realizar a história. Para Claval (1997, p. 113) “todas as culturas resultam de um trabalho de construção e dispõem de *Know how* e de saberes relativos ao espaço, à natureza, à sociedade, aos meios e às maneiras de explorá-lo”.

A revalorização que atribuem ao meio natural, hoje, e as novas possibilidades que enxergam nas áreas de produção agroflorestal evidenciam uma noção territorial totalmente inovadora, ilustrando a afirmação do Prof. Manuel Correia de Andrade quando diz: “admitimos que a expressão ‘territorialidade’ possa vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeita à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo

subjetivo de conscientização da população de fazer de um território” (ANDRADE, 2004, p. 20).

Na tentativa de desvendar ou minimamente entender os espaços de convivência dos agricultores familiares precisa-se ter cautela nessa análise, visto que “plantar, colher, comer” são elementos de uma realidade própria da agricultura familiar, mesmo quando essa ainda é incipiente, ou foi um dia. Isso remete às observações da Profa Maria Nazareth Wanderley sobre os assentados em Pitanga I e II²², a saber:

No entanto, o modo como esses agricultores estão inseridos no mercado gera uma dupla instabilidade. Por um lado, essa instabilidade é o resultado das oscilações de um mercado saturado e extorsivo em relação ao produtor, de tal forma que os seus ganhos variam de ano a ano [...] Por outro lado, a instabilidade decorre do próprio ritmo da produção ao longo do ciclo agrícola. Com efeito, os momentos principais do ano – do ponto de vista produtivo – correspondem à safra de inhame, da macaxeira, do milho ou do feijão, produtos que têm um ciclo bem preciso e determinado [...] Desta forma, o auto-consumo e a comercialização não são objetivos antagônicos [...] mas funcionam aqui como estratégias complementares e articuladas, que visam a reprodução da família durante todo o ano (WANDERLEY, 2003, p. 219-220).

São sítios cheios de plantas e bichos, plantas para cuidar e colher seus frutos, bichos para criar e provar da sua gordura, homens e mulheres reconstruindo seus espaços de produção, é como se vê o território da Agrofloresta, desde que, esteja o observador destituído de preconceito.

²² Assentamentos rurais localizados nos municípios de Abreu e Lima e Igarassu, na Região Metropolitana do Recife-PE.

4.0 UM NOVO DESENHO DO ESPAÇO RURAL DE BOM JARDIM-PE

4.1 AGROFLORESTA EM BOM JARDIM

A agroflorestra em Bom Jardim (figura 02) tem início com o trabalho de mobilização dos agricultores e agricultoras familiares a partir da articulação entre o Centro Sabiá²³ e o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Bom Jardim-PE. Embora esse trabalho tenha sido iniciado em 1992, é só em 1995 que ocorre a implantação de experiências agroflorestrais no município (SANTOS, 2000).

Deve ser dito que quando se faz referência à agroflorestra em bom Jardim, está-se tratando da fase que se estende do início dos trabalhos em 1995 até os dias atuais, caracterizada pelo encontro entre os agricultores familiares de Bom Jardim e os técnicos do Centro Sabiá. Cabe lembrar que a agroflorestra na qual a diversificação vegetal é um de seus princípios, pode ser “uma palavra nova para designar a velha prática de cultivar espécies lenhosas junto com outros cultivos agrícolas e/ou gado na mesma terra” (KRISHNAMURTHY; ÁVILA, 1999, p. 29, tradução nossa²⁴).

²³ Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, ONG sediada no Recife-PE, dedicada às temáticas do meio rural, principalmente aquelas relacionadas com aspectos da agroecologia. Sua origem é considerada em 1985, embora sua fundação oficial tenha sido em 1993.

²⁴ “una palabra nueva para designar la vieja práctica de cultivar especies lenosas junto con otros cultivos agrícolas y/o ganado en la misma tierra”

A própria equipe do Centro Sabiá inicia um aprofundamento sobre a agrofloresta no momento em que percebe sua pouca experiência sobre o assunto, e a partir da decisão de ampliar o trabalho de implantação dessa prática junto aos agricultores e agricultoras de Bom Jardim, toma como referência os princípios da agrofloresta praticada por Ernst Götsch²⁵ (SANTOS, 2000).

A Agrofloresta em Bom Jardim toma como princípio a sucessão natural das espécies biológicas, proposta por Götsch. Os/as agricultores/as partem de situações em áreas com elevado nível de degradação, com solos erodidos do ponto de vista químico e físico. Procuram imitar a natureza e, adotam estratégias de consórcio entre plantas, combinando grupos que podem estabelecer relações de trocas. São diversos tipos de práticas usadas na Agrofloresta, pode-se destacar a capina seletiva e a poda. Na capina seletiva o objetivo é extrair ou cortar as plantas pioneiras nativas ou as que foram plantadas (as plantas herbáceas). Na poda o manejo é direcionado as árvores e arbustos estimulando o rebroto e renovação.

Nos idos de 1992, o Centro Sabiá²⁶ iniciava um trabalho pedagógico e político com agricultores e agricultoras familiares de Bom Jardim-PE. O ponto de partida foi a realização do DRPA (Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas), que levantou uma série de questões sócio-econômicas, políticas, culturais e ambientais que precisavam ser trabalhadas pelas comunidades envolvidas. Esse foi o começo de um trabalho em que

²⁵ Ernst Götsch, agricultor e pesquisador Suíço, vive no sul da Bahia, em Piraí do Norte desenvolvendo sistemas agroflorestais.

²⁶ O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá.

juntos, O sabiá, os agricultores e as agricultoras familiares e suas organizações intensificaram suas ações visando a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares de Bom Jardim que passaram a compartilhar a construção de uma proposta de desenvolvimento rural, pautado nos princípios da agroecologia (SANTOS, 2000).

Nascia, então, uma parceria entre os técnicos do Sabiá, organizações da agricultura familiar, agricultores e agricultoras de Bom Jardim-PE, parceria que, ao longo de mais de uma década, mantém um diálogo bastante inovador, permitindo um conjunto de ações no fortalecimento do novo modelo de desenvolvimento rural, que tem como eixo a agroecologia e como opção uma proposta de agroecossistema - a agrofloresta.

A iniciativa do Centro Sabiá junto às famílias agricultoras, de experimentar um novo modelo de produção agrícola, possibilitou aos agricultores e agricultoras familiares um novo olhar sobre o ambiente, a reflexão do papel das pessoas na vida das espécies vegetais e animais. Nasce, desse movimento de mudança, não somente a transformação na forma de realizar as atividades produtivas na agricultura, mas, também, mudanças no comportamento diante da responsabilidade social e política de produzir “alimentos limpos”²⁷. Além dessas questões, os agricultores agroflorestais passam a realizar as atividades produtivas de forma prazerosa. O trabalho agrícola que antes era marcado pelo grande desgaste físico em consequência à exposição solar, no sistema agroflorestral afirmam: “a agrofloresta tem muita vantagem eu consigo trabalhar o dia todo na

²⁷ “Alimentos limpos”, é uma expressão utilizada para designar alimentos produzidos em sistemas agrícolas sem uso de agrotóxicos

agrofloresta. Em outra lavoura eu só consigo trabalhar das 06:00 as 10:00 horas, **da manhã** ” (Um agricultor agroflorestal de Bom Jardim, grifo nosso).

È no “sítio” que as coisas acontecem, em pequenas áreas agrícolas são desenvolvidos os sistemas agroflorestais, a exemplo do sítio de Pedro (Pedro Custódio da Silva), agricultor agroflorestal da comunidade Sítio feijão II, em Bom Jardim-PE. Sua família , de quatro pessoas, mora na região de brejo de Bom Jardim, e lá desenvolve suas atividades em uma área com 2,5 hectares, dos quais só utiliza 1 hectare; o restante da área é usado por seus parentes. Pedro iniciou o trabalho a pedido do pai que era diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jardim. “No início eu não acreditava muito, porque o pessoal do Centro Sabiá, veio e fez a proposta de começar o trabalho na área mais fraca. Era tão diferente aquilo. Eu tinha muita resistência” confessa .

Mesmo com essa resistência, Pedro inicia a experiência, em uma ladeira²⁸ que estava abandonada, por estar com o solo esgotado, em consequência de anos seguidos de plantio de macaxeira, mandioca, cará e inhame. Começou plantando diversas culturas (figura 03) para recuperação do solo, entre elas, feijão guandu, sombreiro, capim elefante, feijão de porco, leucena, ingá, crote, papoula, gliricídea, algumas árvores nativas etc, além de banana, mamão, milho e feijão que não produziram devido ao solo estar muito fraco. No entanto, não foi fácil persistir no trabalho, pois os vizinhos e parentes criticavam muito dizendo que ele *estava ficando louco, quem é que comeria pau* (árvores das quais o roçado estava cheio).

²⁸ “ladeira” é a denominação local para uma área agrícola com inclinação acentuada.

Figura 03: unidade de SAF²⁹ em Bom Jardim
(área do agricultor Pedro)



Fonte: Centro de Desenvolvimento Agroecológico
Sabiá, 2005

À semelhança de Pedro, Dona Zefinha (Josefa Maria da Silva), é uma agricultora agroflorestal, de Bom Jardim, do Sítio feijão I, com uma família de sete pessoas: o casal e 3 filhos (2 moças e 1 rapaz), 1 genro e 1 nora. Com apenas 0,5 ha, na área de brejo. D. Zefinha, que desenvolve práticas da agrofloresta, enfrentou as dificuldades típicas daqueles decididos a experimentar mudanças. Inicialmente, as alternativas de produção eram poucas, assim como a área de terra da família, mas a vontade de fazer algo diferente era grande. Dentre as estratégias de produção, Dona Zefinha não só realiza as atividades de produção agroflorestal (figura 04)) como também promove a transformação dos produtos obtidos, o que permite um aumento na remuneração da família. Assim, a partir dos produtos vegetais e animais, ela produz pé-de-moleque, beiju, tapioca, pastel, pão, doce (de mamão, banana)

²⁹ SAF - Sistema Agroflorestal.

bolo (de macaxeira, mandioca, milho, cenoura), suco (de goiaba, acerola, cajá, caju, capim santo e maracujá), além de ricota, doce de leite, galinha abatida, castanha de caju torrada, colorau, cana de açúcar e ovos. Comercializa ainda feijão guandu, feijão mulatinho, fava, cará, macaxeira, inhame, quiabo, chuchu e muitas frutas como, laranja, banana, mamão, caju, jaca, coco, abacate, acerola, maracujá, ciriguela, jabuticaba, manga, limão, pitomba, jenipapo, sapoti e pitanga.

Figura 04: unidade de SAF em Bom Jardim
(área da agricultora Dona Zefinha)



Fonte: Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, 2005

Os sistemas agroflorestais em Bom Jardim, representam, talvez, um dos passos necessários para recuperação da força da natureza, nem que seja das pequenas áreas das agricultoras e agricultores agroflorestais e como observou Carlos Rodrigues Brandão, no

estudo sobre agricultores e agricultoras em Mossâmedes/Goiás, ao questionar o lavrador³⁰ sobre a fartura da produção de alimentos no passado, chega à seguinte constatação:

a base da explicação dos atributos de força e de saúde da natureza, da produção agrícola, da ‘criação’, dos alimentos e das pessoas, está no reconhecimento de que o ‘tempo da fartura’ foi um período de trocas essencialmente rurais, onde as relações entre produtores e a natureza – emergidas de um tempo anterior de dependência daqueles com relação a esta – eram equilibradas: a) pela existência de uma proporção tida como adequada entre as pessoas e o espaço de natureza utilizado (‘muito mato, pouca roça’, ‘ muito pasto, pouco rastro’); b) pela inexistência de atitudes devastadoras dos homens sobre a natureza, até mesmo nas queimadas ‘de agosto’, consideradas como uma atividade necessária, não ‘predatória’ e, em parte, fortalecedora do terreno sobre o qual seria plantada a lavoura (BRANDÃO, 1981, p. 55).

Acredita-se que os sistemas agroflorestais podem colaborar na transformação dos modelos dos agroecossistemas até então praticados por grupos sociais da agricultura familiar nos agrestes e brejos em Bom Jardim. Um exemplo bem característico dessa possibilidade são as diversas histórias de vida de famílias agricultoras, parecidas com a da família do Sr. Cláudio.

Ele e sua família iniciaram, em 1997, na comunidade de Torrões (em Umari), experiências com SAF`s. Em 1995, Sr, Cláudio e a família (esposa, 02 filhas e 01 filho) retornaram da cidade do Recife e adquirem uma propriedade que fica localizada no

³⁰ Carlos Rodrigues Brandão utiliza ‘a categoria lavrador’ para designar o trabalhador rural parceiro (meeiro); o assalariado rural (diarista), assim como todo peão [...] que combina a alternativa associada de acesso à terra e a venda de sua força de trabalho” (BRANDÃO, 1981, p. 7).

ecossistema de agreste seco, na comunidade de Torrões, no município de Bom Jardim. O objetivo da família era desenvolver atividades produtivas rurais possibilitando sua permanência no campo, já que a mesma desenvolvia, em outros momentos, atividades agrícolas. Durante dois anos, praticaram a agricultura tradicional, fazendo derrubada do restante das árvores existentes e queimando os restos culturais nos 2,7 hectares do sítio. No início de 1997, Sr. Cláudio participou de uma reunião no STR³¹, sobre agroecologia, quando foram discutidos aspectos da agrofloresta. Pelo interesse do Sr. Cláudio por esta maneira diferente de trabalhar a terra, Fátima, uma difusora da agricultura agroflorestral, levou um técnico do Centro Sabiá para sua propriedade. A partir desta visita técnica, a família abandonou gradativamente a agricultura convencional, não mais queimando, não aplicando mais agrotóxicos, deixando algumas plantas nativas crescerem com as demais culturas, parando de caçar os animais silvestres etc. Os resultados obtidos fizeram a família acreditar que esta forma de manejo agrícola dava certo, pois melhorava a produção e protegia todas as formas de vida. Em 1998, a família começou a se dedicar à produção de forragem para criação de gado de leite. Para isso plantou em algumas áreas da propriedade a palma forrageira e outras espécies forrageiras através de uma campanha do Centro Sabiá intitulada “Plantando Mais Vida Para Um Mundo Melhor”. Como resultados desta prática agroflorestral, a família do Sr. Cláudio começou a melhorar a estrutura da criação animal, reformando as coqueiras, adquirindo matrizes bovinas de melhor qualidade, construindo de galinheiro e iniciando a criação.

³¹ STR, Sindicato dos Trabalhadores dos Rurais

Outro caso é o do Sr. Rafael Justino Braz, agricultor agroflorestral, da comunidade Feijão I, localizada numa área característica de Ecossistema de Brejo, numa comunidade onde moram aproximadamente 200 famílias de agricultores, que possuem, em média 05 hectares de terra. Na comunidade Feijão I, a experiência na propriedade do Sr. Rafael é referência em agricultura agroflorestral e influencia a mudança de práticas agrícolas de várias famílias, tendo sido decisiva para que outras 23 famílias de agricultores implantassem áreas de agricultura agroflorestral.

A família é formada por cinco pessoas: Rafael, 44 anos, a sua esposa Ivonete, 49 anos e os filhos Márcia, 16 anos, Marcon, 12 anos e Marissol 7 anos. O Sr. Rafael dedica-se ao processo de produção, e as outras pessoas, ao processo de comercialização.

No primeiro contato que o Sr. Rafael teve com os técnicos do Centro Sabiá, no início de 1997, seu objetivo era criar abelhas. Após novos contatos com os técnicos da entidade, que lhe falaram da agrofloresta, um sistema que não fazia uso da queimada, nem de agrotóxicos, nem de adubos químicos e não se plantava ladeira abaixo. Mas, para Rafael e família, aquilo parecia algo muito difícil, e não lhes trouxe muito estímulo para iniciar a experiência. Mesmo assim, iniciou a prática em uma pequena área, como experiência somente para agradar o técnico que lhe fazia visitas constantes. Inicialmente, os vizinhos dele chamaram-no de “louco”, pois plantar “*dentro do mato*”, não iria produzir nada. Quando surgiram os primeiros resultados, a família começou a ver que aquilo, chamado de agrofloresta, estava melhorando a produção, aumentando a disponibilidade de alimentos e preservando o meio ambiente em seu sítio de 10 hectares (figura 05).

FIGURA 05: unidade de saf em bom jardim
(área do agricultor rafael)



FONTE: Centro de Desenvolvimento Agroecológico
Sabiá, 2005.

No período compreendido entre 1992 e os dias atuais houve significativos avanços na organização dos agricultores e das agricultoras agroflorestais de Bom Jardim. É também sabido que o universo de famílias agricultoras participando da proposta é reduzido comparado ao número total de famílias agricultoras do município. Imaginar uma adesão total à agrofloresta pelos agricultores e agricultoras familiares de Bom Jardim é ilusório, principalmente pela ausência de políticas efetivas de estímulo a adoção de modelos agrícolas sustentáveis ecologicamente na região.

O Sabiá e as famílias agricultoras agroflorestais promovem, de forma contínua, um trabalho de parceria através do qual está sendo construído diversos espaços de participação sócio-política e produtiva. Nessa parceria os agricultores e as agricultoras agroflorestais e o Sabiá realizam um trabalho conjunto de divulgação das atividades sobre sistemas agroflorestais (SAF's) em Bom Jardim e fora do município, promovendo trabalho

pedagógico e realizando intercâmbios, (feiras de “saberes e sabores”), de maneira que os agricultores através de sua participação nesses eventos retribuem o apoio recebido, pelo Sabiá, quando implantaram suas unidades de SAF’s.

As unidades de SAF’s conduzidas pelos agricultores agroflorestais possibilitam ao Sabiá e aos produtores a observação e experimentação da agroflorestra, pois o Sabiá não possui área própria para tal finalidade. Trata-se da contrapartida das famílias de agricultores, ao receberem o apoio técnico-pedagógico do Sabiá na instalação das SAF’s.

4.2 A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO - AGLOFLOR

Os agricultores e agricultoras de Bom Jardim são moradores de comunidade tradicionais do município e desenvolvem suas atividades produtivas em pequenos sítios que, embora não sejam áreas contíguas, conferem com sua paisagem florística característica marcante para delimitar a territorialidade agroflorestal em Bom Jardim.

Percebe-se nas conversas com os agricultores agroflorestais a clareza de seus objetivos quanto ao uso ecológico da terra. Pode-se afirmar que existe um forte movimento de valorização dos recursos naturais, como resultado de um processo de reflexão sobre os diversos elementos que formam a natureza local, incluindo o homem e a mulher.

A ausência de políticas públicas específicas para grupos de agricultores e agricultoras agroecológicos motivou a organização dos mesmos para discutir e aprofundar esse contexto frente as realidades regionais.

Os agricultores e as agricultoras agrofloreais enfrentam toda natureza de problemas inerentes à produção agrícola, no sentido mais amplo, que vão desde a decisão do que cultivar até a comercialização. Pode-se arriscar e dizer que nunca houve, em nível local ou estadual, políticas totalmente voltadas para atender os grupos sociais da agricultura familiar no tocante à comercialização da produção. O que houve, talvez, foi o pretexto de atender a tais grupos como justificativa para a ação governamental na criação de infraestrutura para a comercialização da produção agrícola materializada nas centrais de abastecimento (CEASAS) em todo o Brasil e em Pernambuco, de difícil acesso para os agricultores e agricultoras familiares. Quando se pergunta qual a relação entre comercialização e produção? Vários são aqueles que afirmam dizer a comercialização deve ser pensada antes da produção agrícola, além de todos os aspectos relacionados aos processos produtivos que são realizados de forma coletiva com o envolvimento de homens e mulheres das mais diferentes idades.

Com objetivo de enfrenta-los, foi criada, em 1999, a associação dos agricultores e agricultoras agroecológicos de bom jardim – agroflor, que atua em treze(13) comunidades de bom jardim-pe. a agroflor que surge a partir da discussão que faziam os agricultores que formavam a comissão de agricultura do sindicato dos trabalhadores rurais de bom jardim que tinha uma parceria com o centro sabiá. em 1997, essa comissão de agricultura começou a discutir a necessidade de formar uma associação para atender à demanda da comercialização, pois já tinha sido criado, no bairro das graças o espaço agroecológico, onde os agricultores comercializavam.

A associação conta com uma coordenação composta por 01 coordenador geral, 01 coordenador financeiro e 01 secretário, além de 03 secretarias que são: a secretaria de planejamento da produção que tem o papel de orientar com o planejamento das propriedades dos agricultores que participam do processo de comercialização e da produção agroecológica, a secretaria de comercialização e beneficiamento que tem a função de acompanhar, coordenar, organizar e divulgar todo o processo de comercialização e beneficiamento dos produtos agroecológicos. essa secretaria conta com uma comissão de acompanhamento às propriedades dos agricultores e articula-se com outras organizações locais para a comercialização da produção agroecológica; e a secretaria de difusão da agricultura agroflorestal que responde pela dinâmica da multiplicação da agricultura agroflorestal no município e contribui com a realização de intercâmbios com agricultores de outros municípios, estados e países. conta com o apoio de um grupo de difusores que assumem atividades de sensibilização, acompanhamento, capacitação e intercâmbio de experiências.

A associação tem ainda o conselho fiscal composto por dois membros que examinam e emitem pareceres sobre a prestação de contas; o grupo de trabalho composto de duas pessoas, que apóia o trabalho desenvolvido pelas secretarias e pelos diretores; e a comissão de gestão do fundo rotativo de empréstimos que tem por função analisar e deliberar sobre os pedidos de financiamento dos associados. O fundo rotativo vem contribuindo com empréstimos aos associados com o objetivo de fortalecer suas experiências produtivas, financiar infra-estrutura, como também apoiar iniciativas da comercialização. o seu quadro de associados é em número de 70 , sendo que a associação trabalha acompanhando, aproximadamente, 120 (cento e vinte) famílias agricultoras no município.

Atualmente, a agroflor vem realizando ações em treze comunidades rurais do município de bom jardim, ações que têm como focos principais o fortalecimento da difusão da agricultura agroflorestral, os intercâmbios, a produção, o beneficiamento e comercialização agroecológica, bem como o fortalecimento institucional da agroflor, na perspectiva da melhoria das condições de vida das famílias, estimulando a participação de agricultores/as e a inserção dos jovens e das crianças em práticas educativas contextualizada com a realidade rural em que vivem.

No tocante à participação em conselhos do município, a agroflor participa do conselho do pronaf, conselho municipal de desenvolvimento sustentável de bom jardim - cmds-bj. desde 2000, vem se envolvendo, diretamente, na articulação, na discussão e na execução do programa um milhão de cisternas rurais (p1mc), na microrregião do agreste setentrional de pernambuco, especialmente no município de bom jardim, onde foi escolhida pela comissão municipal para ser a executora do p1mc. nas dinâmicas do p1mc, a agroflor, tem desempenhado um papel fundamental na demonstração da viabilidade dos processos produtivos e da comercialização no campo da agroecologia.

4.3 A AGROFLORESTA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

É com o sentimento de unir forças, para vencer as dificuldades, certos de que unidos estarão mais fortes no enfrentamento dos processos produtivos e de mercado que agricultoras e agricultores agroflorestais buscam experimentar novas e velhas estratégias de libertação, dos padrões de desenvolvimento pautados nos conceitos da economia capitalista e de uma globalização que aprofunda a distância entre pobres e ricos. A função produtiva está relacionada à capacidade de ofertar produtos agrícolas limpo e nas quantidades demandadas. A função do mercado é, através da produção agroflorestal atender às exigências do consumidor, no tocante à qualidade, quantidade e constância na oferta.

Os agricultores agroflorestais realizam um esforço para fortalecer os meios de promoção da melhoria na qualidade de vida de suas famílias e de defesa dos espaços de

produção, via uso de práticas de conservação da biodiversidade e dos recursos produtivos, a exemplo da água e do solo.

Esse conjunto de iniciativas não está isolado em si mesmo. É parte de um grupo de ações políticas desenvolvidas pelos agricultores organizados e articulados em redes solidárias em oposição à lógica capitalista de fazer as coisas, “... os vários séculos de predomínio do capitalismo não conseguiram diminuir a indignação e a resistência efetiva aos valores e às práticas que constituem o núcleo central do capitalismo, enquanto sistema econômico e forma de civilização” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 23).

Nos SAF's os agricultores exercitam a liberdade de fazer algo que ouviram e gostaram, com autonomia para experimentar novas formas de realizar uma sociedade alternativa, em oposição aos velhos modos de produção social, do capital “o que se pretende, então, é centrar a atenção simultaneamente na viabilidade no potencial emancipatório das múltiplas alternativas que têm sido formuladas e praticadas um pouco por todo o mundo e que representam formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente” (*ibidem*, p. 25).

Por mais simples que seja o exemplo de organização, nas ações empreendidas para a produção agroflorestal e, conseqüentemente, para a comercialização do excedente, reside nesse movimento a persistência na idéia de fortalecer o processo organizativo do grupo. Quando se referem, por exemplo, ao transporte das mercadorias, percebe-se a existência de um forte sentimento de organização solidária, na esperança crescente no caminho que estão trilhando e as palavras são a síntese de conversas sobre acertos e possíveis erros no

passado, no presente. Os tempos estão misturados produzindo os eventos da história local, e, no dizer do agricultor, o hoje é planejamento pensado e ajustado cotidianamente. Na fala de um agricultor, “quando essa feira começou [...] na época era um Toyota³² para trazer os agricultores tudinho: de lá pra cá foi crescendo, era um Toyota, depois foi mais um, depois foi pra três, depois passou para quatro”.

“A alusão a formas alternativas de conhecimento, leva-nos a outro elemento central das alternativas de desenvolvimento. Trata-se da reivindicação da diversidade cultural e da diversidade de formas de produzir e entender a produção, que existem hoje por todo o mundo, apesar da expansão da economia capitalista e da ciência moderna” (*ibidem*, p. 55)

Não se pode nem se quer afirmar quais são as verdadeiras motivações dos agricultores em Bom Jardim-PE, na construção de cenários rurais “atípicos” para os dias atuais. O que se considera atípico, aqui, é a forma atual como se apresentam as relações sociais de produção no meio rural do local em referência, revalorizando aspectos da vida um pouco esquecidos diante das emergências do cotidiano, e a percepção sobre o meio ambiente, a partir dos princípios de uma nova (e velha) agricultura (a agrofloresta), porém tudo pode fazer sentido quando se recorre a Carlos Rodrigues Brandão e a suas reflexões/observações sobre a “partilha da vida”, quando diz:

Quando se faz a etnografia formal da comunidade camponesa e se descreve a estrutura de relações da família e do parentesco, o risco que se corre é congelar a vida interpessoal na estrutura social. O que se perde então é algo mais do que uma antropologia da experiência da vida

³² O Toyota: uma marca de carro que, no Agreste, é adaptado para aumentar sua capacidade de transporte de pessoas e mercadorias.

cotidiana. Perde-se de vista também a compreensão de que as lógicas das estruturas das relações entre familiares, entre parentes (compadres incluídos), entre vizinhos, entre tipos de sujeitos produtivos [...] entre homens e mulheres, entre ‘nós’ e entre ‘nós e os outros’, existem não somente dentro e entre as tramas de teias das instituições sociais (ou que nome tenham) através das quais se trabalha, possui, produz, gera filhos, herda, etc, mas igualmente através de outras teias que tecem as vidas e , dentro, fora, à margem ou contra as organizações ‘oficiais’ da sociedade, geram os sistemas de vida, os símbolos e os significados da outra face da própria vida social (BRANDÃO, 1995, p. 138-139).

Uma questão bastante presente na vida dos agricultores agroflorestais se relaciona com a escala de produção local. Quando é pequena, reduz as possibilidades de sustentabilidade econômica. Se for aumentada, corre o risco de sair dos princípios de uma produção ambientalmente sustentável. A outra passa pela comercialização da produção local (MELO, 2002). Estando dispersos, embora morem no mesmo município, os agricultores adotaram o associativismo como uma das saídas para ampliar suas capacidades de negociação dos produtos, não sendo esse o único objetivo do associativismo, nem o mais importante.

Outros aspectos foram sendo discutidos pelos grupos de agricultores/as agroflorestais relacionados à comercialização da produção, entre eles aquele relativo ao valor do seu produto, desde que o mesmo é obtido através de uma produção limpa, sem o uso de agrotóxicos. Verifica-se, então, a possibilidade de comercializar a produção, além da feira local, levando-se para o mercado recifense diante da possibilidade de obter melhores preços, se esses mesmos produtos fossem ofertados a um público com maior poder aquisitivo. Com esse objetivo foi criado o Espaço Agroecológico, em Recife, que são feiras livres com produtos da agroecologia. Embora a participação na feira local continue, a estratégia de venda nas feiras de Recife-PE, nos bairros de Boa Viagem e Graças é utilizada

conjuntamente com outros grupos de agricultores familiares agroecológicos dos municípios de Sirinhaém, Gravatá, Chã Grande, Ribeirão, Amarají e Vitória de Santo Antão, nos bairros de Boa Viagem e Graças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo ora concluído centrou-se em ressaltar aspectos do desenvolvimento rural sob a ótica da Agroecologia. O fio condutor dessa análise foi o debate vigente sobre modelos de produção rural e a trajetória social e econômica das famílias agricultoras que utilizam a agrofloresta como prática de produção agrícola no município de Bom Jardim-PE. Além de ser um estudo fundamentado na temática agroecologia, revela-se como uma oportunidade de aprofundar aspectos do desenvolvimento rural local e territorial a partir da agricultura familiar.

Um olhar acerca de políticas voltadas para a agroecologia indicou, até recentemente, a ausência de tais iniciativas por parte do Estado na promoção de modelos para o desenvolvimento rural orientado segundo preceitos dos conhecimentos tradicionais na agricultura, desenvolvidos por grupos rurais que acumularam, historicamente, práticas agrícolas de reduzido impacto no meio ambiente, numa lógica de conservação ambiental. Pouco foi feito, no Brasil na lógica da agroecologia, embora, na atualidade, sob a presente gestão do governo federal, possa-se verificar alguns avanços a exemplo do Pronaf-agroecologia (política de crédito voltada para projetos agroecológicos) e do esforço promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA no sentido de pautar a política nacional de assistência técnica com orientação agroecológica.

O aprofundamento das discussões sobre a questão agroecológica remeteu o debate às possibilidades que essa prática, enquanto alternativa de produção social no meio rural, pode representar para transformar os modelos de produção agrícola frente às demandas

suscitadas pela crise do modelo produtivista. Isto não só no que tange à degradação ambiental que vem comprometendo a produtividade e lucratividade das atividades agrícolas, mas, também, no estabelecimento de padrões de qualidade alimentar dos produtos agrícolas, com desdobramentos no processo de comercialização e, finalmente, como um processo importante para a sustentabilidade. Vê-se, assim, o potencial existente nas agriculturas que não fazem uso do pacote tecnológico da chamada Revolução Verde, mas de princípios ecológicos para a partir destes utilizarem as relações endógenas da natureza como estratégia capaz de garantir a sustentabilidade dos cultivos.

A noção de território amplia e fortalece a compreensão de espaços sociais da agricultura familiar numa perspectiva inovadora de análise do desenvolvimento rural e também da agroecologia. Entende-se a mesma como um método facilitador de delimitação ou territorialização, sendo possível, por essa via, realçar a relevância, na economia da nação e na sociedade como um todo, do papel da agricultura familiar. O território da agricultura familiar, visto assim abriga a uma reflexão cujo objeto central de análise são os grupos sociais dessa agricultura.

Ainda em relação ao processo de territorialização da agricultura familiar, compreende-se como espaço social privilegiado os assentamentos rurais. Frutos do movimento de reforma agrária estes são espaços onde emergem condições reais de inserção social, econômica, produtiva e cultural no meio rural, na medida que representam uma oportunidade histórica de resgate dos direitos negados aos homens e mulheres ao longo da nossa formação como nação livre, mas que cultivou privilégios para poucos, criando uma sociedade de desvalidos e sem as garantias básicas de desenvolvimento humano.

A concepção de sustentabilidade, acredita-se, deve ser o ponto de partida para discutir novas formas de produção rural. Nesse sentido, apresenta-se a agrofloresta como uma nova possibilidade de agroecossistema, emancipadora das velhas práticas agrícolas ligadas ao modelo da Revolução Verde, que foram incorporadas, forçosamente, pela política de desenvolvimento rural do país. A agrofloresta é mais um dos diversos modelos agroecológicos que incorporam a concepção de sustentabilidade. Esse modelo é visto como uma oportunidade adequada às diversas situações encontradas entre agricultores e agricultoras, situações na maioria das vezes, limitadoras do investimento na unidade familiar de produção, cabendo à agrofloresta um papel, importante, enquanto método de exploração agrícola de baixo custo, adaptável as condições da agricultura familiar.

O caso estudado, em Bom Jardim-Pernambuco, relativo às experiências com agrofloresta ilustra não apenas o conjunto de procedimentos próprios de um sistema agroecológico, mas verifica-se o empoderamento das pessoas envolvidas, pois não trata-se somente de um pacote de técnicas. As pessoas estão, na verdade, participando de um novo modelo de gestão de suas unidades familiares de produção, estando incluídas num plano de ações originado do processo de articulação entre elas e os representantes das entidades parceiras. Vê-se, nas atividades dos grupos da agrofloresta, além da produção agrícola, uma forma de inaugurar processos de interação e participação social inéditos que constituem a parte mais importante. Nesta encontra-se o motor que impulsiona o desenvolvimento rural, a consolidação dos sistemas produtivos em sentido amplo e, fundamentalmente, o despertar das pessoas para atuarem como protagonistas de um cenário pensado e executado por si mesmas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Segunda edição. São Paulo/Campinas: Editora HUCITEC/Editora da UNICAMP, 1998.

ABREU, Lucimar Santiago de. **A construção social da relação com o meio ambiente: análise das percepções e representações sociais de risco ecológico em um município da Mata atlântica brasileira**. Campinas-SP: Tese(doutorado)/Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO, 2003.

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO/CONDEPE-FIDEM. **Plano regional de inclusão social Agreste Setentrional estratégico**. Recife, 2003.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALTIERI, Miguel A. ; NICHOLLS, Clara I. **Agroecología teoría y práctica para una agricultura sustentable**. Primeira edición. México, D.F. México: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, Oficina Regional para América y el Caribe, Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe, 2000. Série Textos Básicos para la Formación Ambiental nº 4.

ALTIERI, Miguel A. ; NICHOLLS, Clara I. . **Agroecologia: resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição**. Ciência & Ambiente 27, Jul./Dez. de 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6. ed. – Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

_____. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

_____. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. – São Paulo: Hucitec, 2004.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

ARMANDO, Márcio Silveira; BUENO, Ynaiá Masse; ALVES, Edson Raimundo da Silva. **Agrofloresta para agricultura familiar**. Brasília-DF: EMBRAPA: Circular técnica, n. 16 dezembro de 2002.

ARMANI, Domingos (org.) *et. al.*. **Agricultura e pobreza: construindo os elos da sustentabilidade no Nordeste do Brasil**. Porto alegre: Tomo Editorial;Holanda;ICCO, 1998.

ARXER, Ismael Clark. Un humanismo científico para la sostenibilidad. IN: LEFF, Enrique (Coordinador).**Ética, vida, sustentabilidad**. Primeira edición. México, D.F. México: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, Oficina Regional para América y el Caribe, Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe, 2002. Pensamiento Ambiental Latinoamericano 5.

ÁVILA, Marcelino. Aspectos socioeconômicos de la Agroforestería. IN: KRISHNAMURTHY, L. ; ÁVILA, Marcelino. **Agroforestería básica**. Primeira edición. México, D.F. México: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, Oficina Regional para América y el Caribe, Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe, 1999. Série Textos Básicos para la Formación Ambiental n. 3.

BECK, U. 1992. Risk Society Towards a New Modernity. London/New Delhi: Sage Publications. *Apud* GUILHERME, Marcia Lucia. **A sustentabilidade sob a ótica do global e do local, em projetos de execução descentralizada**. Campinas, SP: Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. [s. n.], 2003.

BELIK, Walter; PAULILLO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. IN: LEITE, Sergio (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001. p. 95-120.

BLUMER, A.**Por uma sociologia dos processos sociais agrários**. Cadernos de sociologia, v.6, p. 3 – 7, 1994.

BLUMER, A. *et. al* **Sociologia rural: textos**. Lavras-MG: UFLA-FAEPE, 1997.

BLUMER, Ana: FAPESP, 1998.

BIN, Adriana. **Agricultura e meio ambiente: contexto e iniciativas da pesquisa pública**. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP.: [s.n.], 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer : um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

_____. **A partilha da vida**. São Paulo, Geic/Cabral Editora, 1995 (Cultura, Educação e Ambiente no Vale do Paraíba, 1).

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar: ong's e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1999.

BROWN, K & BROWN, G. 1991. Habitat alteration and species loss in Brazilian forest: social, biological and ecological determinants. São Paulo: Unicamp/Univ. Of Wisconsin (mimeo) *apud* DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo, Editora Hucitec/NUPAUB/USP, 2000.

BRUNO, Jean. **A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna**, Porto Alegre, Cadernos de Sociologia, v.6, p. 51-75. 1994.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CASADO, G. I. Guzmán; MIELGO, A. M. Alonso. Transición agroecológica en finca. IN: GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (coord.) **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (organizadores). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife-PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

CHAMBERS, R.; PACEY, A y THRUPP, L.A. (eds.) 1989. Faermer first innovation and agricultural research. Intermediate Technology Publications. London. 1989:XVI. *apud* GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (coord.) **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. IN: : CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (organizadores). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTABEBER, José Antônio. Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização. IN: CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. Moradores de engenho estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de pernambuco,

segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife, PE: Tese de Doutorado em História - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo, Editora Hucitec/NUPAUB/USP, 2000.

FILHO, José Juliano de Carvalho. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a *nova reforma agrária*. In: LEITE, Sergio (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001.

GARCIA JR. , Afrânio Raul, **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GODOI, Emília Pietrafesa de, **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 255 p. (Estudos brasileiros, 24).

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (coord.) **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

HECHT, Susanna B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. A. (ed.) **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro:PTA/FASE, 1989.

IBGE, Censo Agropecuário, 1996.

IBGE, Censo Demográfico, Rio de Janeiro, 2000.

IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990 –2004.

KAUTSKY, Karl, **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KRISHNAMURTHY, L. ; ÁVILA, Marcelino. **Agroforestería básica**. Primeira edición. México, D.F. México: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, Oficina Regional para América y el Caribe, Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe, 1999. Série Textos Básicos para la Formación Ambiental n. 3.

LEFF, Enrique. La insoportable levedad de la globalización: la capitalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad. Rev. Venez. de Eco. y Ciencias Sociales, v. 7, n. 1, ene.-abr., 2001.

LEITE, Sergio (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001.

LIMA, Jorge Roberto Tavares de. **O papel da agroecologia na formação técnica**. Cooperação – República Federativa do Brasil/República Federal da Alemanha. Projeto de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais do Estado do Amazonas – Informativo, ano I, 06, nov/dez 2004.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. **Modernização da agricultura e o papel da grande produção na reordenação espacial nas terras altas da transição Agreste/Mata do Norte de Pernambuco**. Recife-PE: Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1993.

MDA - MISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO: Cartilha Crédito Rural do Pronaf Ano Safra 2005/2006. Atualizada em fevereiro de 2006. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0807810150.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2006

MELO, Alberto. A ação local dos cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global: o caso da Associação In Loco no Sul de Portugal. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MELO, Mário Lacerda de. **Os agrestes – estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos**. Recife, SUDENE – Coord Planej. Regional, 1980.

MEYER, Doris Rinaldi. **A terra do santo e o mundo dos engenhos: estudo de uma comunidade rural nordestina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Série Estudos sobre o Nordeste, 9).

MOSCOVICI, S. **Hommes domestiques, hommes sauvages**. Paris: Col. 10/18, 1974.

_____. **La société contre la nature**. Paris: Col. 10/18, 1969.

NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

NORGAARD, Richard B. A base epistemológica da Agroecologia In: ALTIERI, M. A. (ed.) **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro:PTA/FASE, 1989.

PAARLBERG, Robert L. Agricultura sostenible, una geografía política In: **La agenda inconclusa : perspectivas para superar el hambre, la pobreza y la degradación ambiental** / editado por Per Pinstrup-Andersen y Rajul Pandya-Lorch. Instituto Internacional de Investigación sobre Políticas Alimentarias-IFPRI, 2002.

POSEY, Darrell A. Exploração da biodiversidade e do conhecimento indígena na América Latina: desafios à soberania e à velha ordem. In: CAVALCANTI, Clovis(org.). **Meio**

ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Campesinato Brasileiro; ensaios sobre civilizações e grupos rústicos no Brasil.** São Paulo, EDUSP, Petrópolis, Vozes, 1973. 242 p. (Estudos Brasileiros, 3).

ROMEIRO, A.R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura.** São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

RUSCHEINSKY, Aloísio; VARGAS, Sérgio Hiandu Nunes de. Agroecologia e reforma agrária: integração possível e necessária. IN: RUSCHEINSKY, Aloísio e colaboradores. **Educação ambiental: abordagem múltipla.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

SÁ, Alcindo José de. **Espaço e subordinação: o caso de um perímetro irrigado no Submédio São Francisco.** Recife-PE, dez., 1991. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco/Deptº de Ciências Geográficas.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, Cezar. Introdução: para ampliar o cânone da produção. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, José Aldo dos. **Agricultura familiar ecológica: construção e implantação de sistemas agrícolas sustentáveis, estudo de caso de Bom Jardim-PE** Dissertação de Mestrado em Administração rural. Universidade Federal Rural de Pernambuco/Departamento de Letras e Ciências Humanas, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. **Economia espacial: críticas e alternativas.** Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. São Paulo: HUCITEC, 1979.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Marlene Maria da. **A produção do espaço no Sertão Norte.** Recife, 1984 Dissertação de Mestrado em Geografia/Universidade Federal de Pernambuco.

TORRES, Ricardo. Desarrollo de la biotecnología y perspectivas para la agricultura campesina. In: BERNAL, Fernando(Ed.). **El campesino contemporáneo: cambios recientes en los países andinos.** Segunda edición. Bogotá – Colombia: Tecer mundo editores, 1991.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas; o “rural” como espaço singular e ator coletivo.** Estudos Sociedades e Agricultura,15, outubro 2000.

_____. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 2, jul/dez, 2000.

_____. **Olhares sobre o “rural” brasileiro.** Recife, 1999.

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** IN: TEDESCO, João Carlos (org). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas.** 2. ed. Passo Fundo: UPF, 1999.

_____. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). IN: MARTINS, José de Souza *et. al* . **Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.